



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Educação

Pós-graduação *Lato Sensu*

Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - GPP-GeR

**JOVENS MULHERES E PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PARA O
TRABALHO: ANÁLISE DO PROGRAMA PRÓ-ADOLESCENTE
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOB O OLHAR DE GÊNERO**

Maria do Carmo Pereira de Oliveira

Orientador: Professor Doutor Leandro de Oliveira Galastri

Brasília – 2014



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Educação

Pós-graduação *Lato Sensu*

Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - GPP-GeR

**JOVENS MULHERES E PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PARA O
TRABALHO: ANÁLISE DO PROGRAMA PRÓ-ADOLESCENTE
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOB O OLHAR DE GÊNERO**

Maria do Carmo Pereira de Oliveira

Orientador: Professor Doutor Leandro de Oliveira Galastri

Monografia apresentada à Faculdade de Educação – FE, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - GPP-GeR.

Brasília – 2014

OLIVEIRA, Maria do Carmo Pereira de.

Jovens mulheres e programas de formação para o trabalho: análise do Programa Pró-adolescente da Câmara dos Deputados sob o olhar de gênero

Orientação: Leandro de Oliveira Galastri

59 páginas

Projeto Final de especialização em: Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça – Faculdade de Educação – Universidade de Brasília.

Brasília, 2014.

1. Gestão de Políticas Públicas 2. Juventudes 3. Globalização 4. Trabalho e Gênero 5. Divisão sexual do trabalho 6. Programa Pró-adolescente da Câmara dos Deputados

**Jovens mulheres e programas de formação para o trabalho:
Análise do Programa Pró-adolescente da Câmara dos Deputados
sob o olhar de gênero**

Maria do Carmo Pereira de Oliveira
Prof. Orientador: Dr. Leandro de Oliveira Galastri
Brasília, de Junho de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri
(Orientador)

Profa. Mestre Mariana Létti

DEDICATÓRIA

A todas as meninas do Brasil, que matam um dragão por dia para realizarem-se como sujeito de direitos. Particularmente para Dandara, com todo o meu respeito e admiração, na certeza de que vale a pena lutar pelos sonhos compartilhados.

AGRADECIMENTOS

À Dandara, minha filha maravilhosa, pelo apoio, paciência e entusiasmo.

Aos meus maravilhosos e inesquecíveis pais (*in memoriam*) por terem me mostrado que a vida vale a pena ser vivida.

À minha irmã(zinha), Dinorá, por acreditar em mim e insistir, apesar de tudo...

As sobrinhas, sobrinhos e irmãos, sem os quais eu seria uma pessoa incompleta.

Ao Marco Antonio, ex-marido e sempre amigo, pelas críticas pertinentes e certeiras.

À Professora Ruth Meyre, por todas as dicas e pelo acompanhamento sempre tão delicado e dedicado.

Ao Professor Leandro Galastri, pela orientação centrada e paciente.

Às professoras, professores e pessoal administrativo da UNB, que tornaram possível este curso.

Às colegas e aos colegas da Turma F, pelas discussões e elaboração conjunta, que foram determinantes para um melhor entendimento da temática.

A todas da Secretaria Executiva do Pró-adolescente da Câmara dos Deputados, pelo acolhimento e presteza.

Ao pessoal do Centro Salesiano do Menor – CESAM, pela generosidade no compartilhamento de informações.

Às minhas alunas e meus alunos, que me fazem querer ser uma pessoa melhor a cada dia.

Às meninas do Pró-adolescente e suas famílias, que tão generosamente partilharam seus temores, suas batalhas diárias e seus sonhos e são co-responsáveis por este trabalho.

A Marcinha e Regina, amigas sempre! “Mesmo que o tempo e a distância, digam não”.

RESUMO

Este trabalho relata o acompanhamento do Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente – Pró-Adolescente da Câmara dos Deputados, com um recorte de gênero. O Programa é parte integrante de uma cesta de ações na área de responsabilidade social ofertadas pela Câmara dos Deputados e tem por foco o desenvolvimento social e profissional de adolescentes de 15 a 17 anos, oriundos de famílias com renda per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo, matriculados e cursando a partir da 7ª série do Ensino Fundamental, residentes no Distrito Federal. Além de incentivar a atividade escolar por meio de ações que acompanham o desenvolvimento cognitivo dos adolescentes, o programa objetiva ampliar as oportunidades desses jovens para uma futura inserção no mercado de trabalho, através de uma abordagem comprometida com o seu desenvolvimento integral – pedagógico, profissional, ético e político. A pesquisa teve como foco principal colher das jovens mulheres inscritas no programa o testemunho sobre o impacto do programa para a construção de seus projetos de vida.

Palavras-chave: Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente. Divisão sexual do trabalho. Juventudes. Inclusão social pelo trabalho. Globalização. Projetos de vida.

ABSTRACT

This paper reports the outcome of the youth work support program - Pro-Teen of Chamber of Deputies, within a gender approach. The program is part of a roll of actions in the social responsibility area offered by the Chamber and focus on social and professional development of the teenagers between 15-17 years from families with a per capita income equal to or less than 1/2 minimum wage, registered and enrolled on 7th grade or higher, resident in the Federal District. Besides encouraging school activity through actions that certify the cognitive development of adolescents, the program aims to increase the future opportunities for these young people to start in the labor market through a committed approach to their integral development - educational, professional, ethical and political. This research was mainly focused on gathering the testimony of the young women enrolled in the program about the impact of the program on building their life projects.

Key words: Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente. Sexual division of work. Teenagers. Work's Social insertion. Globalization. Life projects.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	14
2 METODOLOGIA.....	16
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
3.1 JUVENTUDES: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	19
3.2 POR QUE JUVENTUDES?.....	21
3.3 ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE: PERCURSOS PARALELOS.....	22
3.4 PERFIL DAS JUVENTUDES DO BRASIL.....	24
3.5 POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDES	27
4 – GÊNERO E GERAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO GLOBALIZADO	30
4.1 – GLOBALIZAÇÃO: UMA CRÔNICA DA SUBMISSÃO.....	30
4.2 – A INTERRUPTÃO DO NEOLIBELIRALISMO NO BRASIL – NOVOS ATORES E NOVOS OLHARES NA ARENA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	31
4.3 – COMO SE FORJAM OS SUJEITOS DE DIREITOS E SUA CORRELAÇÃO COM A FORMATAÇÃO DA CIDADANIA JUVENIL.....	32
4.4 – O CÔNCAVO E O CONVEXO: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO.....	35
4.5 – PROTEÇÃO JURÍDICA: MERCADO DE TRABALHO, JUVENTUDES E GÊNERO NO BRASIL.....	37
5 PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO, JOVENS MULHERES E PROJETOS DE VIDA: QUAL RELAÇÃO POSSÍVEL?.....	45
5.1 O PROGRAMA.....	45
5.2 DO PROCESSO SELETIVO.....	46
5.3 DAS AÇÕES DE COMPLEMENTAÇÃO PEDAGÓGICA E CULTURAL	47
5.4 A CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	48
5.5 O CENTRO SALESIANO DO MENOR.....	49
5.6 A PESQUISA – RETRATOS DA VIDA EM MUTAÇÃO.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

“Minha obra toda badala assim: Brasileiros, chegou a hora de realizar o Brasil.”

Mário de Andrade

Para Machado de Assis: *“Há em cada adolescente um mundo encoberto, um almirante e um sol de outubro”*. Na obra *“Dom Casmurro”* o escritor enaltece a ousadia juvenil ao dizer que: *“Aos quinze anos, tudo é infinito”*. Essa concepção de juventude, como naturalmente arrojada e sonhadora, perpassa a literatura e desemboca na história como uma sentença, muito mais do que uma constatação. Embora cantada em prosa e verso por suas *“façanhas”*, ao olharmos atentamente a história é possível observar que as juventudes sempre foram tratadas como coadjuvantes – apesar de protagonizarem movimentos que mudaram a feição da sociedade ao longo dos tempos – as juventudes sempre ocuparam um papel secundário na organização social. O mundo mudou, a informática aproximou culturas as mais diversificadas e transformou o mundo em uma grande aldeia. Mas, ao contrário do pensamento expressado por Machado, da grandiosidade contida no cerne juvenil, nenhum desenvolvimento tecnológico, até agora, foi capaz de responder ao desafio de integrar as juventudes à sociedade respeitando suas idiossincrasias e, principalmente, reconhecendo suas necessidades e contribuições.

Buscando outro padrão de relacionamento com as juventudes, este trabalho tem como objetivo dar voz às jovens mulheres e saber delas como programas de formação para o trabalho impactam suas vidas. Como objeto de análise foi escolhido o Programa Pró-adolescente da Câmara dos Deputados. Partindo da hipótese que os indicadores de efetividade do programa comprovam sua validade, ao desagregar o estudo por gênero, a pesquisa intenta responder às perguntas: É possível para jovens mulheres, oriundas de famílias inscritas no CadÚnico, formatar projetos de vida consistentes a partir de programas de formação para o trabalho? Em que medida esse tipo de ação impacta o futuro nos aspectos ligados à divisão sexual do trabalho? Para responder a esses questionamentos foram ouvidas 120 jovens mulheres, participantes do Programa Pró-adolescente da Câmara dos Deputados, em relatos que traduzem seus sonhos, seus objetivos e desafios, as dificuldades, os avanços e/ou retrocessos relacionados à trajetória delas dentro do programa.

Como um dos pontos mais relevantes da pesquisa, este trabalho prescreve outro formato no relacionamento entre os entes governamentais e as juventudes, que modifique radicalmente o

diálogo entre eles, levando em consideração a história pregressa e a insuficiente inserção das demandas juvenis nas agendas governamentais. Isto fica patente ao fazermos a retrospectiva da história das juventudes brasileiras e sua relação com o poder constituído. Até a década de 90 do século XX, o Estado brasileiro tinha projetos de proteção à infância, à terceira idade, às pessoas com deficiência e programas de defesa dos direitos trabalhistas. Mas, ao se falar em juventudes, verificava-se um vácuo no amparo a este seguimento. Apesar de uma série de medidas para sanar essa falha, um hiato ainda se forma entre o fim da infância e o início da idade adulta. Durante esse período o indivíduo é relegado a uma espécie de limbo, como se fosse um período de “recesso” em sua cidadania. As juventudes não tem palavra, não têm direitos, não tem espaço garantido na sociedade. Como resposta a esse não reconhecimento, manifestam-se e se expressam de forma contundente quando encontram oportunidade.

As pichações, a música alta, o vestuário, o linguajar, entre outros – no que pese o estranhamento causado nos adultos – não são apenas expressão de revolta, são também e, sobretudo, expressão da criatividade com que as juventudes lidam com as dificuldades enfrentadas ao deparar-se com o novo, com o inesperado. Em um período no qual a negação de sua identidade acentua-se através da imposição de um conjunto de limitações, as juventudes criam suas próprias regras para diferenciar-se e, ao mesmo tempo, alimentar o sentimento de pertencerem ao mundo. O mais interessante é verificar que todos os movimentos revolucionários que modificaram a feição da sociedade tiveram início em protestos e, na maioria das vezes, em manifestações culturais oriundas das juventudes.

O aparecimento e o crescimento do *rock' roll* nas décadas de 1950, 1960 e 1970 – inicialmente nos Estados Unidos da América (EUA) e depois pelo mundo – foi o estopim de transformações sem precedentes na História da sociedade, ao fazer emergir reivindicações por maior liberdade e participação política das juventudes e das mulheres. Em um primeiro momento expresso através da música – que colocava em xeque os valores sociais vigentes – e posteriormente dando origem a veementes protestos contra a guerra do Vietnã, pelo fim da segregação racial e por uma forma alternativa de vida. De repente a sociedade viu-se desafiada por multidões de “bichos-grilo” falando em liberdade, em solidariedade, em direitos humanos e em “paz e amor”.

O apelo por essa nova maneira de viver se manifestaria ao redor do mundo em demonstrações, cada vez mais contundentes, contra o sistema político-social que excluía a participação juvenil e negava às juventudes sua cidadania. O “maio de 1968” em

Paris/França; a “Primavera de Praga” na Checoslováquia; os movimentos de revolta e a luta política contra as ditaduras latino-americanas (que permearam as décadas de 1960, 1970 e 1980); o “Massacre da Praça da Paz Celestial” na China; o “impeachment de Collor/1992” e as chamadas “jornadas de junho/2013” no Brasil. Todos esses episódios são manifestações iniciadas pelas juventudes que tiveram uma enorme repercussão na sociedade, mudando a maneira como esta se organiza e orientando o olhar social para novas direções. É como se as juventudes tivessem um grito permanentemente preso na garganta e em momentos de grande tensão esse grito explodisse na forma de desafio à “ordem estabelecida”, gerando uma série de transformações no modo de ser das pessoas. Apesar disso, passados os momentos de maior tensão, essas meninas e meninos são novamente colocados à margem, como sobressalentes, que se utiliza em momentos de maior distensão e depois são descartados. Talvez esteja nessa negação de sua identidade como sujeito social, a gênese de todos os problemas juvenis.

As estatísticas são cruéis com as juventudes, tanto quanto o processo de desenvolvimento acelerado que se verificou da década de 1990 para cá. Estudo orientado por Martín Hopenhayn, para a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)¹, elenca dez paradoxos associados a este momento histórico que estamos vivenciando – acelerado desenvolvimento tecnológico x precarização das condições de vida. De acordo com o documento “Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude” (2014, p. 15/19), esses “paradoxos/tensões” podem ser resumidos da seguinte forma

- (1) Mais acesso à educação e menos acesso ao trabalho decente;
- (2) Muito acesso à informação e pouco acesso ao poder;
- (3) Mais expectativas de autonomia e menos opções para materializá-la;
- (4) Maior acesso aos equipamentos de saúde (sem discussão sobre as especificidades que cercam a saúde das juventudes)²;
- (5) Maior mobilidade e mais possibilidade de circulação, mas afetadas por trajetórias incertas e migrações;
- (6) Maior identificação “para dentro” (entre jovens) e maior impermeabilidade “para fora” (entre jovens e adultos, no interior das instituições escolares);
- (7) Os jovens parecem ser os mais aptos para responder às mudanças do setor produtivo atual, onde se destaca a centralidade do conhecimento como motor do crescimento, mas tem sido os mais excluídos do ingresso no mundo do trabalho;

¹ citado em “Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude” (2014)

² Grifo nosso

- (8) A juventude ocupa um lugar ambíguo entre os receptores de políticas e protagonistas da mudança;
- (9) Os jovens vivem maior expansão do consumo simbólico e grande restrição do consumo material;
- (10) Os jovens vivem com expectativas de autodeterminação e protagonismo mas experimentam situações de precariedade e de desmobilização.

Essa associação de fatores corrobora para manter as juventudes do lado de fora da sociedade, protagonistas da mudança, sem usufruir suas benesses.

Nesse emaranhado de ocorrências que se entrelaçam para dificultar às juventudes projetos de vida consistentes, o acesso ao mercado de trabalho é, talvez, o que aponta as distorções mais preocupantes. Os dados do Censo 2010 assinalam que a imensa maioria desse segmento encontra-se concentrada nas grandes cidades – 43 milhões de jovens vivem nas cidades, contra 8 milhões no campo³. Aproximadamente 80% vivem em aglomerados periféricos, onde não há postos de trabalho suficientes para cobrir a demanda e as condições de vida são precárias. No conjunto da População Economicamente Ativa – PEA – pode ser observada uma taxa de 53,6% de ocupação dos jovens entre 15 e 29 anos (bem superior à taxa de escolarização que se encontra na casa dos 36%, de acordo com o Censo 2010). Na comparação entre faixas etárias. As estatísticas pintam um cenário lastimável: na medida em que envelhecem, vão abandonando a escola e adentrando o mundo do trabalho precarizado. Semiqualficada ou sem nenhuma qualificação, toda uma legião de jovens vai engrossando a fileira do subemprego, formando famílias desestruturadas, cujas relações – fragilizadas pelo arsenal de carências – tendem a potencializar a violência doméstica e domiciliar direcionada às crianças e mulheres.

Se os dados em seu conjunto surpreendem pela crueza, ao traçarmos o recorte de gênero as disparidades se amplificam. Há um enorme descompasso entre o acesso masculino e feminino ao mercado de trabalho, o que implica em maior dependência sócio-econômica das jovens mulheres em relação à família e aos companheiros (namorados, maridos). De acordo com a pesquisa “Agenda Juventude Brasil 2013”: “[...] a inserção no trabalho é bem superior para homens e inversa, no caso dos filhos, para as mulheres” (2014, p. 27). Embora os índices de escolarização apontem diferenças significativas entre gêneros, com as mulheres permanecendo maior número de anos na escola (em todos os níveis), esses dados revelam

³ Censo 2010

uma situação paradoxal, refletida na equação: escolarização x empregabilidade x remuneração. Neste ponto abre-se uma discussão, ainda tímida, sobre onde se localiza a contradição fundamental que emerge potencializada no campo do trabalho e redefine as fronteiras da desigualdade de gênero (com carga extra na intersecção entre geração e gênero).

Uma possível resposta a essa incongruência pode ser encontrada na hierarquização das relações entre o masculino e o feminino; na ampliação do trabalho precarizado; na desqualificação do trabalho feminino (tido como subalterno e prescindível) e, sobretudo, na manutenção de uma estrutura patriarcal, que, apesar dos avanços sociais observados ao longo dos dois últimos séculos, ainda opera no imaginário social. Esse é o panorama que se descortina na contemporaneidade e que suscita a presente discussão. Assim, este estudo parte de uma preocupação política, surgida na observação do cotidiano de jovens mulheres e a fragmentação que se efetiva em seu entorno, convergindo para interrogações sobre o papel social destas e como elas tecem seus projetos de vida a partir das experiências de formação para o trabalho. A pesquisa parte desse entendimento e procura – através da observação e análise do Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente da Câmara dos Deputados (Pro-ad/CD) – compreender as sutilezas que norteiam a relação mercado de trabalho/jovens mulheres/sociedade. Tomando como ponto de partida a premissa de que não há como continuar negando o espaço social pertencente às jovens mulheres, este trabalho tem a pretensão de dar voz às meninas. Para tal, pesquisei e entrevistei 120 jovens, participantes do Pró-ad/CD, com o intuito de perceber como e se essa prática propicia a elas a construção de um projeto de vida, e qual o impacto dessa experiência em suas vidas cotidianas.

1.1 – APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

O trabalho está dividido em cinco capítulos.

O capítulo 1, “Introdução”, situa a temática, apontando os aspectos singulares do ser e fazer-se jovem e as correlações que operam no campo do trabalho, notadamente quando são decantadas através dos recortes de gênero e geracional.

O capítulo 2, “Metodologia”, apresenta o escopo da pesquisa. Tratando-se de uma pesquisa de tipo etnográfico, utilizou como instrumentos: a pesquisa de campo, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Na pesquisa de campo privilegiou-se a entrevista semi-estruturada com um grupo de jovens mulheres, a observação participante e a aplicação de questionário socioeconômico. A pesquisa documental orientou-se pela análise dos materiais

disponibilizados pela Secretaria Executiva do Programa Pró-adolescente da Câmara dos Deputados e pelo Centro Salesiano do Menor – CESAM – além de documentos do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – que normatizam o trabalho juvenil. Para a pesquisa bibliográfica optei pelo estudo de dois teóricos principais: Dayrrel, na discussão sobre juventudes (amparado por Pochmann, discorrendo a respeito de juventudes e mercado de trabalho) e Hirata, na discussão sobre globalização e divisão sexual do trabalho, além da utilização do material disponibilizado pelo curso GPPGER/UnB, especificamente na parte que fala de políticas públicas.

O capítulo 3, “Fundamentação teórica”, explicita a base teórica em que se fundamenta a pesquisa e tem como objetivo ampará-la tecnicamente, ancorado em estudos e dados estatísticos. Além disso, destaca a categorização de juventudes, discorrendo sobre a formação da ideia em termos histórico, conceitual, social e político.

O capítulo 4, “Gênero e geração no mundo do trabalho globalizado”, estabelece um paralelo entre globalização e precarização do trabalho, notadamente o trabalho jovem feminino, discorrendo sobre a divisão sexual do trabalho e suas inter-relações.

O capítulo 5, “Programas de inclusão social pelo trabalho, jovens mulheres e projetos de vida: qual relação possível?”, apresenta os dados da pesquisa. Traça um histórico do programa Pró-adolescente da Câmara dos Deputados, através da análise dos documentos disponibilizados pela Câmara dos Deputados, pelo Centro Salesiano do Menor e pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Este capítulo sintetiza a pesquisa, fazendo uma radiografia das jovens pesquisadas e expondo suas impressões sobre programas de inclusão social pelo trabalho e a construção de projetos de vida.

2 METODOLOGIA

Ao tomar como objeto de pesquisa o sujeito inserido em um contexto social determinado – no caso o sistema formal de trabalho – esta pesquisa adquire um forte traço etnográfico, uma vez que o objeto pesquisado encontra-se em correlação direta com a cultura de seu meio circundante. Neste movimento, o projeto busca a geração de novos conhecimentos no campo de estudos sobre juventudes, especificamente das experiências do trabalho precoce feminino, objetivando o avanço das pesquisas e levantamento de dados sobre o comportamento de jovens mulheres no mundo do trabalho. Investigando as origens do tratamento dispensado a elas, a pesquisa busca responder a uma pergunta: Qual o impacto do Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente — Pró-Adolescente — da Câmara dos Deputados, na diminuição das diferenças sociais e como trampolim para a formatação da vida profissional futura de jovens mulheres, matriculadas no Sistema Público de Ensino e oriundas de famílias inscritas no CadÚnico?

Utilizando como instrumentos de coleta de dados: a análise documental, o questionário socioeconômico e a entrevista semi-estruturada. A pesquisa proporcionou, através de múltiplas fontes de informação, uma investigação em frentes diferenciadas, analisando os diversos aspectos relacionados ao fenômeno da inserção precoce no mercado de trabalho e a intersecção, com suas permanências e rupturas, entre este e a cultura dominante no país. A construção e o uso de “categorias”, também está incorporada ao escopo da pesquisa, como base para um melhor aproveitamento e qualificação do trabalho.

Realizada durante duas semanas, com intervalo de sete dias entre elas, a pesquisa obedeceu às seguintes etapas: observação das adolescentes no ambiente de trabalho (Câmara dos Deputados); observação na entidade (CESAM); aplicação de questionário socioeconômico (CESAM); entrevista semiestruturada e a utilização da técnica de *brainstorming* (tempestade de ideias) como recurso para explorar a potencialidade criativa do grupo; desconstrair o ambiente e favorecer a troca de informações (CESAM). O grupo focal foi composto, em sua totalidade, por 120 jovens. Deste montante foram acompanhadas 50 meninas no local de trabalho e no de formação; distribuídos 120 questionários (com um retorno de 40) e 120 participações nas entrevistas e dinâmicas – destas, 20 gravaram depoimentos. Isto possibilitou consolidar os dados em tabelas específicas, apresentadas no capítulo 5 e que possibilitam traçar a trajetória individual e coletiva do grupo em foco.

3 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o advento daquilo que Mandel (1972) chamou de “capitalismo tardio”: o recrudescimento das condições de vida no âmbito do sistema capitalista, sobretudo a partir da globalização dos mercados e do trabalho no pós-guerra fria – estimulada pela redução dos custos dos meios de transporte e comunicação no final do século XX e início do século XXI; a intensificação do consumo predatório; a exaustão dos recursos naturais, a transnacionalização do capital e sua transmutação em capital “improdutivo” (ou especulatório); o mundo contemporâneo vivencia uma das experiências mais devastadoras. Guy Standing, em entrevista à revista “Carta Capital” (14/05/2014), argumenta que a precarização do trabalho sempre existiu e faz parte do movimento natural do sistema, o inesperado é o surgimento de um novo grupo no âmbito do mercado de trabalho, que ele denominou de: precarizados (neologismo com a junção de precário e proletariado). Standing vincula o surgimento desse grupo ao processo de globalização (predatório e alienante) e às estratégias neoliberais que o sustentam. Para situar a discussão sobre mercado de trabalho e globalização, esta pesquisa toma a teoria Marxista de mercado – e as categorias a ela associadas – como base para o entendimento do que seja mercado, trabalho e relações de troca no interior da produção econômica capitalista.

Ao utilizar a teoria marxista, a pesquisa parte da concepção de que o trabalho criativo ocorre antes como operação mental. Ao contrário da criação “natural” operada pelos outros animais, apenas mulheres e homens são capazes de dar um sentido cultural ao trabalho. Estando essa categoria intrinsecamente vinculada à cultura, ocorre enquanto constructo social e traz a marca da sociedade à qual está vinculada – uma marca capitalista, datada no tempo. Quando Marx nos diz que: “[...] *temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada*” (1974), é exatamente a isso que se refere: não importam as condições: a região geográfica, o período de tempo, o momento geológico, a cultural local. O capital opera sempre na mesma direção, é o capitalista quem dita as regras, quem impõe o “*modus operandi*”. Uma vez que “*O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista*” (1974), é este quem determina o quê, quando, por que, como e para quem serão produzidos os bens, fruto do trabalho dos assalariados.

Ao açambarcar toda a cadeia produtiva, parte também do capital a formatação das relações que se forjam no seio do mercado de trabalho, que são um apêndice daquilo que se verifica na macro visão da sociedade. Desde sua gênese, nos séculos XIII e XIV, o capitalismo carrega a

marca do patriarcado e das relações desiguais entre gêneros. Simone de Beauvoir dizia que o trabalho opera no imaginário feminino com o poder da libertação, que através do trabalho a mulher pode realizar-se enquanto sujeito de direitos, pois rompe os nós que a atavam economicamente ao homem. O movimento de emancipação feminino, nesta pesquisa, foi estudado através do olhar de Hirata (2003), vinculado às oscilações do mercado e suas reordenações no campo das relações de gênero. Hirata sustenta uma argumentação consistente sobre a história entre o feminismo e as relações trabalhistas e sobre a fragilidade dos modelos de intervenção adotados até hoje, pois ancorados na divisão sexual do poder e na divisão sexual do saber.

Trabalho, geração, gênero e cidadania são partes fundamentais deste estudo, pois se vinculam estabelecendo uma relação simbiótica entre o ato de produzir e as relações sociais de dominação que se verificam em seu esteio. Para Bourdieu (1998) “*A precariedade está hoje em toda parte*”, incluídas aí as traduções que orientam as buscas por cidadania e a construção de direitos para todos. Para entender a evolução do conceito de cidadania e direitos humanos e sua aplicabilidade no mundo contemporâneo – marcado pelas desconstruções próprias do movimento de globalização econômica e cultural – as discussões de Carvalho (2002), Santos (2006) e Souza (2003) são fundamentais. Também imprescindível é o debate sobre modelos de formação para o trabalho e a aplicabilidade de um novo paradigma pautado na interseção entre Direitos Humanos, cidadania e trabalho; na tentativa de estabelecer um contraponto ao discurso hegemônico da sociedade de consumo.

O diálogo entre mercado de trabalho e condição juvenil busca, na discussão travada por Pochmann (2004) e Dayrrel (2005), traçar um perfil das juventudes brasileiras bem como a correlação entre estas e o mundo da produtividade, levando em consideração a fragilidade dos vínculos trabalhistas estabelecidos (terceirização, alta rotatividade, desqualificação profissional). Mantidas à margem da cadeia produtiva ou reféns do trabalho precarizado, as juventudes, ainda hoje, são percebidas pelo grupo hegemônico ora como uma massa de fácil maleabilidade, ora como grupos de resistência. Esta pesquisa intenta, como contraponto à “história oficial” – que coloca as juventudes em uma posição de subalternidade – entender as relações que se firmam no âmbito do mercado de trabalho (no contexto de um governo trabalhista), focalizando atributos como: maleabilidade social, exclusão produtiva e multifuncionalidade juvenil e feminina.

3.1 – JUVENTUDES: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

“Juventude é mais que uma palavra” (Margulis/Urresti)

O que é juventude? Quem são os jovens deste terceiro milênio e o que desejam? Essas são perguntas aparentemente simples e, no entanto, extremamente difíceis de serem respondidas.

A história nos mostra que o termo jovem é uma determinação recente. Fazem apenas seis séculos que a palavra passou a ser utilizada para designar essa parcela da população que não é mais criança e que também não pode, ainda, ser considerada adulta. Assim como outras categorias culturais, o significado e a amplitude da terminologia juventude vem sofrendo variações de acordo com o contexto sócio-histórico no qual se inscreve. De acordo com Norbert Schindler:

nos séculos XVI e XVII, na linguagem dos anciãos e dos representantes da autoridade, o termo juventude seja preferido e correntemente usado como coletivo para todos aqueles que ainda não haviam se tornado completamente responsáveis por suas próprias ações. (1996, p. 270)

Entre os séculos XVI e XVII, deixava de ser jovem aquele que contraía matrimônio. Em virtude disso, encontramos na literatura da época a designação de homens e mulheres de 40 ou 50 anos como jovens. Muitas vezes, indivíduos de 12, 13, 14 anos e que mal deixavam de ser criança, já eram incorporados ao mundo adulto, recebendo uma carga de obrigações incompatível com o desenvolvimento físico, emocional e intelectual que apresentavam.

Para as meninas correspondia a organização e o funcionamento da casa: elas deviam saber cozinhar, bordar, costurar, entre outras obrigações. Nem bem deixavam de brincar de boneca e já se tornavam mães e esposas. Para os meninos cabia a responsabilidade do sustento da família – se oriundos das classes populares – ou a administração dos negócios, quando vinham da nobreza/burguesia (neste caso assessorado por um batalhão de trabalhadores). Mas todos, sem exceção, eram forçados a deixar as brincadeiras infantis e assumir a nova identidade. Uma espécie de caricatura dos pais. Um exemplo bem conhecido dessa transformação é a história de Carlota Joaquina – esposa de Dom João VI. Obrigada a se casar aos 12 anos por imposições familiares e pressões políticas, a menina Carlota sentiu-se tão assustada com a nova situação que na noite de núpcias, em um ato de resistência, quase arranca a orelha do marido.

Com o advento do capitalismo, o jovem passa a integrar o mundo adulto a partir do momento em que é incorporado ao mercado de trabalho. Desde que esteja produzindo e recebendo um soldo por seus serviços, as meninas e meninos perdem o status de jovem e ganham uma espécie de alforria às avessas, pois adquirem o direito de transitar no mundo dos adultos com a liberdade de praticar os mesmos atos, sem qualquer censura ou constrangimento. A partir do século XVIII observa-se uma inversão no que se entendia como jovem. Se antes, a flexibilidade tendia a prolongar a juventude em razão dos laços matrimoniais, agora ocorre o oposto, crianças ainda em tenra idade são absorvidas pelo mundo adulto.

No livro *Germinal*, Émile Zola descreve essa travessia ao narrar a história da família Maheu, onde os filhos, entre eles Jeanlin de apenas 10 anos, ocupavam um lugar na estrutura familiar correspondente à contribuição financeira que propiciavam. Esses jovens, quase crianças, passavam então a gozar certos “privilégios” dos adultos, como o de se embebedarem e passarem a noite fora. Lançados prematuramente a um mundo que fugia à sua compreensão e despojados de suas fantasias juvenis, trafegavam pelo universo dos adultos isentos de culpa e com a anuência da comunidade. Nas palavras de Zola:

Quanta miséria! E todas aquelas moças, moídas de trabalho, ainda tão tolas que se punham à noite a fazer filhos, carne para o trabalho e para o sofrimento (...). Desde os dez anos, desde que ganhava a vida na mina que assim corria os sítios sozinha, na completa liberdade das famílias dos carvoeiros. (1996, p. 118)

Viu perfeitamente os gaiatos em cima da pequena, em montão. Até já os pirralhos se divertiam a esfregar a sua miséria! (1996, p. 235)

No feno, a criança tinha-se posto a rressonar, com um rressonar de homem bêbedo, como se estivesse a coser a bebedeira do seu assassínio... (1996, p. 358)

Com a revolução industrial e todas as subsequentes etapas de desenvolvimento do capitalismo, a sociedade viu-se obrigada a normatizar o mundo do trabalho e as relações sociais que se estabeleciam em seu entorno. Surgiram as leis de proteção ao trabalhador e, posteriormente, de regulamentação trabalhista. Essas leis, longe de serem benefícios do capital são resultado de muita luta – no que pese o fato de o sistema estar cotidianamente reciclando seus métodos – boa parte das conquistas sociais advém da rua, de protestos e de um longo e doloroso caminho percorrido pelos trabalhadores. Obrigada pelas circunstâncias a fazer essas mudanças, a sociedade passa a chamar de jovem, a partir da primeira metade do século XX, aquele que não completou o ciclo básico de ensino – o que correspondia aos oito primeiros anos de escolarização.

Após as tumultuadas e profícuas décadas de 1960 e 1970, onde os jovens foram às ruas em defesa de alternativas de vida e contra a estrutura conservadora que sustentava a sociedade. O mundo acordou diante de uma revolução de costumes sem precedentes na história humana. A partir de protestos, inicialmente através de um posicionamento cultural revolucionário – a contracultura – e posteriormente resvalando para grandes manifestações políticas contrárias à guerra do Vietnã – nos Estados Unidos – e contra a invasão russa da Tchecoslováquia; nos protestos estudantis ocorridos em 1968 na França e nas passeatas que tomaram as ruas dos países latino-americanos na defesa das liberdades democráticas. O clamor por mudanças disseminou-se entre os povos. O motor dessas manifestações: a juventude.

Com a recente revolução tecnológica e a globalização econômica que sacudiram o mundo a partir das décadas de 1980 e 1990, a sociedade viu-se compelida a rever, novamente, seu conceito de jovem. Ganha força então a juventude, entendida como categoria social marcada por escolhas, expectativas e crises, o que, no dizer de Levi & Schmitt, pode ser entendido como:

uma fase crucial para a formação e a transformação de cada um, quer se trate da maturação do corpo e do espírito, quer no que diz respeito às escolhas decisivas que preludivam a inserção definitiva da vida na comunidade. Deste ponto de vista, a juventude é efetivamente o momento das tentativas sem futuro, das vocações ardentes mas mutáveis, da "busca" (a do cavaleiro medieval) e das aprendizagens (profissionais, militares e eróticas) incertas, sempre marcadas por uma alternância de êxitos e fracassos. (1996, p. 11)

Baseado nessa nova ordem convencionou-se que a juventude começa aos 15 e termina aos 24 anos, segundo resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), período que engloba os três anos do ensino médio até a conclusão do curso universitário. No Brasil, a Proposta de Emenda Constitucional da Juventude – PEC da juventude – aprovada pelo Congresso Nacional em Setembro de 2010, estabelece que todo cidadão com idade ente 15 e 29 anos está inserido na categoria de “Jovem”, subdividida em: Jovem-Adolescente; Jovem-Jovem e Jovem-Adulto. Em função desse novo paradigma, a sociedade brasileira vê-se diante de um desafio urgente: pensar políticas que respondam aos anseios e necessidades dessas juventudes.

3.2 – POR QUE JUVENTUDES?

O Brasil tem hoje uma população de jovens correspondente a cerca de 1/4 da população brasileira⁴. Uma parcela considerável de sujeitos que transitam em diferentes meios, de

⁴ Dados da PNAD 2012 – IBGE.

diversas formas e que detém interesses e sonhos os mais diversificados possíveis. Em vista disso, não é mais viável pensar a juventude em termos de uma homogeneidade utópica e desvinculada da realidade. Lidamos, hoje, com variados estratos de jovens que demandam cuidados também diferenciados, de acordo com Juarez Dayrell:

o conceito de juventude não pode ser encerrado em esquemas modulares tendentes à homogeneização. A pluralidade e circunstâncias que caracterizam a vida juvenil exigem que os estudos incorporem o sentido da diversidade e das múltiplas possibilidades do sentido de ser jovem. (2005, p. 01)

Portanto, não se pode mais pensar o universo juvenil baseado em uma única imagem, seja ela a do jovem ideal – aquele que frequenta a escola regularmente, que é capaz de formular um projeto de vida, que segue os códigos sociais – seja ela a imagem detratada do jovem “delinquente” – aquele que tudo transgride, que não respeita a ordem e a lei, que desconhece limites. Essas idéias, cristalizadas no imaginário social, não respondem mais ao caleidoscópio em que se transformaram as juventudes nos dias de hoje. Ao se falar em jovem é necessário se falar em etnias, em classe social, em opção sexual e política, em credo e em gênero. Dentro da diversidade que compõe as dimensões do “ser jovem”, encontram-se convivendo os mais díspares desejos e necessidades, tornando impossível falar de uma juventude coesa, mesmo que entre indivíduos que, aparentemente, defendem os mesmos interesses.

Para Karl Marx, citado por Carrano: “a verdadeira riqueza espiritual do indivíduo depende da riqueza de suas relações sociais (...). Os indivíduos fazem-se uns aos outros, tanto física como espiritualmente, mas não fazem a si mesmos” (2003, p. 27). Portanto, é no contato entre os sujeitos que se formam as subjetividades. A qualidade desse contato é determinante para a constituição das identidades que vão se formar ao longo da vida dos sujeitos, esses contatos são responsáveis pela construção e desenvolvimento da humanidade. Neste mundo em metamorfose, abrir espaços de discussão e participação para as juventudes é um movimento que ultrapassa a tática, inserindo-se no domínio da estratégia de longo alcance.

3.3 – ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE: PERCURSOS PARALELOS

Ser adolescente, na ótica da sociedade, ainda é estar em permanente estado de oposição ou desagregação. As categorias representativas do adolescer privilegiam essa visão e colocam o adolescente como um sujeito em formação. Como se a adolescência fosse uma fase transitória

da vida – um tempo de “moratória”⁵ – momento em que o sujeito vai amadurecendo paulatinamente em direção à vida adulta e, portanto, onde tudo lhe é permitido ou negado, dependendo da cultura na qual se insere. Será isso uma verdade científica ou uma mistificação do papel que o adolescente ocupa na tessitura social? As pesquisas mais recentes, não só desconstruem essa noção como pautam suas observações baseadas no ambiente mutacional no qual vivemos neste início de milênio. A adolescência passa, assim, a ser uma etapa do ciclo de vida familiar, vivenciada e absorvida por todos os seus membros, uma vez que a mudança ocorre, não apenas no sujeito/adolescente, mas em todos os que estão à sua volta.

O Fundo da Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em documento de 2002, aborda a temática da adolescência alertando para o fato de esse ser um período onde:

A facilidade de aprendizagem e o desenvolvimento de sua capacidade cognitiva peculiar a essa fase da vida; as vivências das fases anteriores; seu desenvolvimento físico e mental vão permitindo ao adolescente colocar-se como ser único no mundo (...) mas, ao mesmo tempo, uma pessoa que é parte de um tecido social formado por suas referências familiares, comunitárias e sociais, em que desempenha papéis como cidadão de direitos e deveres. (2002, p.12)

Portanto, essa etapa da vida não pode mais ser vista como um momento passageiro. É um período de grandes transformações físicas, mentais, sociais e afetivas que precisa ser entendido como processo de crescimento - como de resto são todas as etapas da vida. Período vinculado em um contexto maior que é o da vida em si mesma com todos os seus rituais e conflitos (alternâncias, dissonâncias e concordâncias). De acordo com Dayrell:

a adolescência não pode ser entendida como um tempo que termina, como a fase da crise ou de trânsito entre a infância e a vida adulta... Mas representa o momento do início da juventude, um momento cujo núcleo central é constituído de mudanças do corpo, dos afetos, das referências sociais e relacionais. (2005, p. 03)

É com esse espírito que a adolescência tem que ser encarada, como início de um período vivencial onde todas as potencialidades humanas, como agentes sociais e sujeitos da mudança, estão em plena efervescência. A adolescência seria assim, o começo de uma fase extremamente profícua na vida dos sujeitos, quando suas potencialidades físicas e psicológicas estão em pleno vigor e que seria convencionalizado como juventudes.

⁵ Termo utilizado por Margulis e Urresti para mensurar as condições de desigualdade vivenciada pelas juventudes. Citado em “Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude” (2014, p. 24)

Ainda existe muita confusão relacionada aos termos juventudes e adolescência. Embora se trabalhe hoje com a idéia de juventude englobando toda a adolescência até a idade de 29 anos, não existe consenso no que diz respeito a uma definição exata de cada uma dessas etapas. Além de fomentar um intenso debate, provocado por Lenoir⁶, sobre a impropriedade de amarrar juventudes a faixas etárias, uma vez que “[...] a própria noção de idade é social [...] produto de uma disputa que envolve, entre outros, gerações e classes” (e gênero)⁷. Para além das interrogações a respeito da categorização do conceito, adolescência e juventude são percursos paralelos, convergindo ambos na mesma direção. Não é objetivo desta pesquisa dirimir as dúvidas referentes a essas terminologias. Neste estudo optei por utilizar juventudes dada a amplitude a que o termo nos remete e em consonância com a literatura disponibilizada sobre o assunto.

3.4 – PERFIL DAS JUVENTUDES DO BRASIL

De acordo com o Censo de 2010, há no Brasil 51,3 milhões de jovens, entre 15 a 29 anos, na faixa correspondente ao que se convencionou chamar: juventudes. Desse montante, nove milhões vivem em extrema pobreza, com uma renda per capita inferior a R\$ 70,00. 15% residem no campo e, aproximadamente 51% são negros, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Embora os índices educacionais tenham dado um salto significativo nas duas últimas décadas – com a matrícula de 8.376.852 jovens no ensino médio e 7.037.688 alunos no ensino superior⁸, seguindo uma tendência ascendente em todos os níveis educacionais (notadamente na faixa etária dos 14 aos 29 anos), os indicadores sociais a respeito desse segmento são impactantes: entre os jovens estudantes de 15 a 17 anos, mais da metade ainda frequenta o ensino fundamental. Grande parte desses jovens não chega ao Ensino Médio e ao Superior. O desemprego atinge, de forma particularmente cruel, os cidadãos na faixa etária entre 15 e 29 anos.

Tão preocupante quanto os índices de desocupação são as taxas referentes às juventudes que nem estudam, nem trabalham, configurando o que se convencionou chamar de “Geração nem-nem”. Dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT – atestam que parte

⁶ Referenciado em “Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude” (2014, p. 23)

⁷ Grifo nosso

⁸ Censo da Educação Básica do Inep/MEC de 2012

considerável da população jovem latino-americana encontra-se nessa situação. O Portal UOL⁹ noticia que 1/5 dos jovens no Brasil é “nem-nem”, quando desagregados os dados por gênero, a situação fica ainda mais delicada. Segundo o portal: “*De acordo com a pesquisa "Síntese de Indicadores Sociais (2013)*¹⁰”, a maioria dos que formam a geração “nem-nem” (nem estuda nem trabalha) é de mulheres: 70,3%. A incidência é maior no subgrupo formado pelas pessoas de 25 a 29 anos, onde as mulheres representavam 76,9%”. Fazem parte desse grupo aquelas que estão formalmente fora do mercado de trabalho, não frequentam a escola e, na maioria dos casos, são mães.

Os “nem-nem” representam a falência do atual modelo formal de ensino e a pouca efetividade das políticas públicas na área de emprego e renda, além de representarem um risco adicional na fomentação de gerações ineptas e socialmente instáveis. Para Juarez Dayrell: “O sentimento de fracasso que acompanha o jovem que procura trabalho remunerado e não consegue representa uma porta aberta para a frustração, o desânimo e também a possibilidade do ganho pela via do crime”. (2005, p. 07). Esses jovens, assim direcionados, enveredam por caminhos muitas vezes sem retorno, como pode ser observado nas estatísticas disponibilizadas sobre o assunto.

Os dados do Mapa da Violência/2013 são dos mais preocupantes, já que 86,2% das mortes juvenis estão relacionadas a atos violentos: homicídios ligados ao tráfico e ao consumo de drogas; acidentes de trânsito ocasionados muitas vezes pelo consumo excessivo de álcool e/ou outras drogas e suicídios decorrentes da falta de perspectivas, desajustes familiares e/ou desagregação social. Pesquisa elaborada pela Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) notifica que: *os jovens, entre 15 e 24 anos, são as principais vítimas das mortes por armas de fogo: do total de vítimas, 206 mil eram jovens nessa faixa etária. Só no ano de 2003, 41,6% dos casos registrados foram de jovens.* Os números são absurdos excedendo, até mesmo, as mortes ocorridas em países em situação de guerra. Embora sejam assustadores, esses dados precisam ser tratados com um cuidado adicional para não ocasionar a criminalização da pobreza e o debate diversionista sobre diminuição da maioridade penal – uma vez que apenas 0,2%¹¹ dos adolescentes cometem atos infracionais.

⁹ 29/11/2013

¹⁰ Grifo nosso

¹¹ Citado em: <http://atualidadesdodireito.com.br/neemiasprudente/2013/04/19/provocacao-ao-tema-adolescentes-infratores/>

Outra preocupação, que demanda um olhar cuidadoso, diz respeito à saúde juvenil, mais especificamente das meninas adolescentes. Entre essas, verifica-se um alto índice de maternidade precoce: “20% das crianças que nasceram e foram registradas em 2003 tinham mães adolescentes” de acordo com o IBGE. A precocidade com que as juventudes iniciam a vida sexual preocupa não apenas pelo número excessivo de parturientes jovens, mas, e principalmente, pelos altos índices de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) observadas nesse seguimento. No mundo todo, em 50% dos casos de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) a contaminação se deu antes dos 25 anos, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Os dados do governo, no que diz respeito ao uso e comercialização de drogas, também assustam. Em pesquisa nacional realizada pelo governo federal no ano de 2002, averiguou-se que 19,4% da população entre 12 e 67 anos já consumiu drogas. Desse contingente, 587 mil crianças e adolescentes entre 12 e 17 anos podem ser considerados dependentes de álcool e 49 mil de maconha.¹² Esses são dados oficiais que exemplificam a situação de perigo à qual estão expostas as juventudes, pois foram coletados aleatoriamente e atingem todas as camadas sociais, embora se verifique uma maior incidência entre a população mais pobre, conforme observação dos/as pesquisadores/as.

Tomando esses indicadores como referência, percebemos o quanto nossas juventudes sempre estiveram afastadas dos benefícios oriundos do poder público, que pouco ou nada fez para reverter essa situação, sobretudo durante os anos de chumbo da ditadura militar e os anos de “vento” do neoliberalismo predador. Se nos assustam os dados na sua totalidade, mais cruel se tornam quando observamos as camadas populares, para quem as políticas públicas ainda permanecem distantes e equivocadas. Para Dayrell

longe da festa dos ganhos de capital da globalização econômica, vive a juventude da periferia espacial e simbólica das grandes cidades do país e das regiões menos desenvolvidas do nordeste brasileiro. São nove milhões de jovens que sobrevivem em situação de extrema pobreza, abaixo da linha de R\$ 61 per capita. (2005, p. 09)

A paralisia que parece acometer o poder público diante dos desafios que a situação juvenil coloca é a mesma que mantém milhares de sujeitos fora do sistema formal de educação, de trabalho e de saúde. Párias em um país onde as castas não são formalmente reconhecidas, mas

¹² Magazine/O globo, pg. 15, 18/06/2002

onde, ainda, existem 16 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, sujeitas a condições subumanas de existência. Nesse contexto, as juventudes encontram-se em situação permanente de risco social, dada a desatenção com que são tratados seus problemas específicos.

3.5 – POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDES

As juventudes sempre foram vistas como aquilo que “ainda será” e, portanto, passível de tutela e cuidados rigorosos. Essa visão maniqueísta das juventudes alija um enorme contingente de cidadãos dos processos decisórios do país, mantendo-os à margem. O documento “La Juventud em Iberoamérica. Tendencias y urgências”, encomendado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) em 2004 e coordenado por Martín Hopenhayn, mapeia as juventudes latino-americanas dezoito anos após o “Ano da Juventude” – decretado em 1985 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Considerado um marco na discussão sobre o lugar das juventudes no mundo, uma vez que estende às agendas governamentais o debate qualificado sobre a temática, o “Ano” *startou* um processo inexorável em direção a um refinamento do olhar direcionado às juventudes. No entanto, o desmonte sócio-econômico e cultural promovido pelo neoliberalismo (nas décadas de 80 e 90 do século XX) e o desmantelamento dos Estados nacionais (particularmente nos países em desenvolvimento), refreou o ímpeto dessa mudança, fazendo refluir o esforço iniciado em 1985 pela ONU e mantendo as juventudes invisibilizadas no cardápio das Políticas Públicas.

Dezoito anos depois, com o refluxo do modelo neoliberal, a agenda juvenil entrou novamente na pauta dos Governos de filiação trabalhista e popular. Longe de representar um “mimo” dos governantes, esse “reconhecimento” é fruto de uma longa e árdua batalha dos setores progressistas da sociedade (entre eles os movimentos representativos das juventudes). Esse processo descortinou a assimetria que envolve as relações geracionais, causando um desassossego nas massas e fomentando o debate e a pesquisa na área. Com uma população predominantemente jovem, a América Latina se vê às voltas com o desafio de promover mudanças e inserir socialmente, com qualidade, seus mais de 108 milhões de jovens.

No Brasil, o debate travado em torno da temática ganhou vigor a partir de 2003, com a assunção do trabalhismo ao poder. Nesses onze anos foram articuladas Políticas Públicas com abordagem específica, na tentativa de minimizar as desigualdades significativas que acometem essa parcela da população. Entre os instrumentos disponibilizados ganham

destaque a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), criados em 2005. A partir desse marco, de acordo com o Ministro Gilberto Carvalho “[...] viemos desenvolvendo o esforço de construção de uma política nacional de juventude” (2014, apresentação).

Apesar dos esforços, as políticas públicas pensadas para esses cidadãos já nascem contaminadas pelo que Juarez Dayrell (2005) chama de “caráter profilático ou corretivo”, ou seja: o entendimento de que essas políticas – orientadas para a parcela da população considerada de risco – por si só, darão conta de resolver os enormes problemas que atingem nossas juventudes, segundo ele:

a fragilidade das políticas nacionais é expressa pela combinação entre a incapacidade do Estado em formular políticas públicas com foco nítido e a tendência de se transferir dotações orçamentárias e responsabilidade executivas para o denominado terceiro setor. Um diagnóstico comum a muitos especialistas brasileiros é, portanto, o de que existe uma crise real de formulação e implementação de políticas de caráter universalista especialmente focadas na juventude de maior vulnerabilidade social. (Dayrell, 2005, p. 17)

No que pese a ineficácia (ou eficácia parcial) das Políticas Públicas gestadas a partir dos gabinetes políticos – sem a participação ou consulta populares – existem bolsões onde as mesmas parecem desafiar a lógica autoritária. Inaugurados a partir do descenso neoliberal no Brasil, processos de participação popular consolidaram-se como espaços abertos para a construção da autonomia e afirmação de identidades coletivas e individuais. Em diversas instâncias foram criados fóruns, conselhos e a adoção do modelo de conferências nacionais setorializadas. Esse método instaurou um novo formato no diálogo entre governos e população, permitindo maior monitoramento e controle sobre a formatação de Políticas Públicas – PP’s. Contudo, será que essas PP’s atingem igualmente as juventudes em toda a sua complexidade ou ficam adstritas àquela parcela “militante”, filiada a agremiações políticas, sindicais, grupos de jovens, coletivos urbanos e outros?

Para responder a esse questionamento, o governo federal, gestor da maioria das verbas oficiais, vem buscando moldar um novo percurso na elaboração de suas propostas. Muito embora os ecos da globalização e, sobretudo, das crises econômicas que se abateram sobre o mundo a partir de 2008, se façam ouvir e sentir com a força de um tornado. O Estado brasileiro vem propondo alternativas que, se não equacionam o problema, ao menos equalizam seus efeitos mais danosos. É nessa vereda que surgem Programas como: o Jovem

Aprendiz, o Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico, e Emprego e o PNPA – Plano Nacional de Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Todos fazem parte de uma cesta de produtos ofertados pelo governo federal com o intuito de minimizar a situação de abandono por que passam nossas juventudes.

Apesar do esforço do Estado brasileiro (no âmbito do governo trabalhista atual) para reduzir as desigualdades, estas, situadas no cerne do sistema capitalista, tendem a criar pontos de ancoragem bem estruturados, tornando a proteção ofertada às juventudes inócua ou insignificante diante das necessidades. Essa proteção é ainda mais fragilizada quando dissociada por gênero. Hirata (2003), lembrando as pesquisas de Ruth Pearson sobre as transformações no mundo do trabalho pós- globalização assinala que

[...] a globalização representa novas oportunidades, mas também novos riscos para as mulheres trabalhadoras. Suas pesquisas (de Pearson¹³) mostram que as desigualdades sociais nas relações de trabalho e saúde parecem ter piorado sob o impacto das políticas de flexibilização [...] (2003, p. 144).

Isso pode ser corroborado pelos dados disponíveis sobre trabalho e renda, que apontam as distorções entre remuneração e condições de trabalho entre gêneros.

Elevadas exponencialmente ao quase esquecimento, as jovens mulheres, órfãs do poder público e alijadas do processo decisório sobre seus destinos, vêm-se atreladas duplamente ao processo de exceção. Diante deste panorama, resta-nos a interrogação: o quê vem sendo feito para que as jovens mulheres possam construir um projeto de vida consistente que não apenas norteie o percurso de dez anos – dos 14 aos 25 anos – mas vá além? O problema de fundo, no mapeamento de gênero, é cultural e somente a educação poderá responder ao desafio de modificar essa situação. Mas, enquanto ainda engatinhamos na adoção de uma educação em e para os direitos humanos e a cidadania, a vulnerabilidade do trabalho feminino, sobretudo intersectado com a questão geracional, ainda irá assombrar consciências e manter as jovens na situação de subalternidade a que, historicamente, estão submetidas.

¹³ Grifo nosso

4 – GÊNERO E GERAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO GLOBALIZADO

4.1 – GLOBALIZAÇÃO: UMA CRÔNICA DA SUBMISSÃO

A globalização não é um fenômeno novo na história da humanidade, podemos apontar, pelo menos, quatro grandes movimentos globalizadores: as investidas alexandrinas em direção ao mundo árabe e à Ásia (335 a.C. – 322 a.C.); as marchas romanas sobre a Europa, Ásia e norte da África (27 a.C. – 476 d.C); o “encontramento” das Américas (1492) e, finalmente, a globalização neoliberal verificada a partir do Consenso de Washington (1989) que, apesar de não se impor através de conflitos bélicos (como nos movimentos anteriores), foi tão perniciosa quanto do ponto de vista econômico e cultural.

Com um discurso sustentado na premência da desconstrução do Estado de bem-estar social como panacéia de todos os “males”, o Consenso de Washington preconizava a adoção de um modelo baseado no liberalismo econômico – batizado de neoliberalismo. Contrariamente ao recomendado por seus defensores, a fórmula surtiu o efeito inverso, o remédio mostrou-se um placebo. Ao invés de mitigar as dificuldades econômicas e gerenciais que assombravam o mundo, em pouco mais de uma década de aplicação (1990/2003 no Brasil) – com a imposição do Estado mínimo (privatizações) e a abertura econômica como carro-chefe – ampliou o endividamento externo e diminuiu o investimento social, causando inflação e sucateamento da indústria local. No Brasil, de acordo com Diniz, citado em GPP Ger-UnB – Módulo 5 – 2011 pág. 25:

A partir de meados dos anos 90, a reforma do Estado levada a efeito pelo governo Fernando Henrique Cardoso revelou-se incapaz de realizar a ruptura preconizada por seus idealizadores, ficando muito aquém das metas estabelecidas e mostrando-se inócua para atacar, em sua complexidade, os problemas anteriormente apontados, responsáveis pela crônica ineficácia da ação estatal (Diniz, 2000:18)

Embora tenha provocado um retrocesso nos investimentos sociais e ampliado as desigualdades (talvez até por isso mesmo), o movimento de globalização contemporâneo foi o motor de uma mudança de atitude inédita, a emergência e/ou fortalecimento de movimentos sociais fora do eixo operário-sindical. Invisibilizados pela miopia social, movimentos por reconhecimento identitário, de gênero, pelos direitos sexuais, ecológicos, entre outros, eclodiram no esteio da globalização. A convergência de demandas diversificadas através da intersecção entre esses diferentes movimentos – que expunham eixos de subordinação até então despercebidos – impactou o imaginário social e deslocou para a agenda do Estado

bandeiras antes circunscritas a pequenos grupos mais organizados como: LGBT, movimento negro e o movimento de mulheres.

4.2 – A INTERRUPÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL – NOVOS ATORES E NOVOS OLHARES NA ARENA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Sob o efeito das diversas Conferências Mundiais (Beijing – 1995, Viena – 1993 e Durban – 2001) que debateram temas como os direitos das mulheres, étnicorraciais e homoafetivos, o Estado brasileiro – a partir da eleição de um projeto trabalhista de governo, em 2003 – buscando democratizar o diálogo, passou a utilizar instrumentos como consultas públicas, instalação de ouvidorias e criação de Conselhos e Fóruns setoriais, o que “[...] permite a participação social na formulação das políticas públicas e na fiscalização permanente da aplicação de recursos.” (GPP GER-UnB, 2011, pág. 33). A mudança no modelo de gestão, que se desloca do padrão “Estado mínimo” para o padrão “Democracia participativa”, inicia um ciclo de alterações que vão, paulatinamente, formatando outro perfil de país.

Esse movimento tenta redefinir a metodologia da administração pública, privilegiando o trabalho horizontal, que “[...] exige novas capacidades, como as de negociar, comunicar-se e mediar.” (Bakvis & Juillet em GPP GER UnB, 2011, pág. 40). Para enfrentar os desafios que o novo formato impõe, é fundamental a formação de agentes afinados com essa nova concepção e que observem três conceitos básicos: a interseccionalidade – o trabalho orientado por eixos de subordinação; a intersetorialidade – extrapolando as fronteiras das diversas políticas em um mix convergente; e a transversalidade das ações propostas, dimensão que perpassa gênero, raça e geração, por exemplo.

Trabalhar essas três dimensões pressupõe orientar o olhar para a integração das políticas públicas, reconhecendo que “[...] há uma hierarquia de poder no âmbito das políticas públicas em que se destacam as políticas macroeconômicas.” (Nascimento, 2010, pág. 98). Romper as barreiras que tradicionalmente mantém as políticas sociais em segundo plano é um esforço permanente e coletivo. Além disso, elaborar políticas públicas que realmente surtam o efeito desejado demanda reflexão permanente, que precisa correr paralela aos setores beneficiários, “[...] pois o processo reflexivo é anterior à prática, mas se articula o tempo todo para a construção de novas visões e interações.” (Nascimento, 2010, pág. 118), daí a imprescindível necessidade de canais de interlocução permanente entre o Estado, os movimentos sociais organizados e a população no geral.

Nessa estrutura de funcionamento, os arranjos vão se adequando a novas agendas e novos atores vinculados diretamente aos movimentos de resistência ao desmonte neoliberal. Após o fracasso do neoliberalismo e seus instrumentos de controle – responsáveis pela exclusão e interdependência dos mercados nacionais em detrimento da formação de um fictício “mercado mundial unificado” – surgem demandas que se encontravam reprimidas pela agressividade do modelo de globalização adotado. É nessa arena que se forjam as lutas emancipatórias e por reconhecimento, que balizaram os movimentos sociais organizados ao redor do mundo nas últimas duas décadas.

4.3 – COMO SE FORJAM OS SUJEITOS DE DIREITOS E SUA CORRELAÇÃO COM A FORMATAÇÃO DA CIDADANIA JUVENIL

Nos elementos constituintes da formação histórico-social do Brasil, baseada no tripé: paternalismo (coronelismo), patriarcado (machismo/sexismo) e escravismo (preconceito), encontram-se as bases que alicerçam toda uma concepção equivocada de direitos humanos e cidadania, forjada na dominação e na coerção, que ainda persistem no imaginário social. Carvalho (2002, p.53), ao discutir a formatação dos direitos no Brasil, destaca: *“Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogância de poucos, correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos”*. Quando discutimos as questões de gênero, raça e geração, isso se intensifica. Uma vez que mulheres, negros, jovens (e homossexuais) têm seus direitos negados ao longo da cadeia social e ainda são vistos com as lentes da desconfiança e do preconceito.

Ao longo das últimas décadas, desde a retomada da democracia no Brasil, sobretudo depois de promulgada a Constituição de 1988, o país vem convivendo com diferentes organizações sociais, entre as quais se destacam as que lutam por reconhecimento. Ao tratar sobre isso, Honneth (2003) propõe que, para cada ponto de negação do indivíduo, corresponde um padrão de reconhecimento e que o sentimento de pertença social é responsável pela realização dos sujeitos enquanto cidadãos de direitos. Sobre o mesmo assunto, Taylor (2000) chama nossa atenção para a fragmentação dos valores em um mundo onde as concepções liberais levam a uma quase alienação e busca, com essa discussão, resgatar a vontade individual como premissa para a adoção de uma identidade cultural partilhada.

Contrapondo as duas teorias, Fraser (2002;2007) desloca o foco, da estima pessoal dos sujeitos (ou grupos), para a arena da justiça, levantando a hipótese da paridade participativa como pressuposto para um reconhecimento, de fato, do lugar dos sujeitos na sociedade (com

todas as suas idiossincrasias). Sobre o mesmo assunto Castells, citado em GPPGeR “[...] *explicita a questão do reconhecimento como uma questão de luta pelo poder*” (2010, p.41), elencando três formas de construção identitária: a legitimadora (ligada ao poder dominante), a de resistência (lutas individuais ou grupais antagônicas ao poder constituído) e a identidade de projeto (que busca redefinir o lugar social dos sujeitos). Castells considera como a mais importante, a identidade de resistência, uma vez que pode levar a uma reordenação no modelo social vigente, abrindo sendas por onde prismatizam filetes de DHC que poderão condensar-se em um aglomerado coeso.

Entre estes filetes, encontram-se os desafios ao direito à diversidade, que estão na gênese da organização socioeconômica de todas as culturas formatadas até hoje e no foco da luta por Direitos Humanos e cidadania (DHC). Fraser é muito feliz ao trazer para a arena da economia as lutas por reconhecimento a nos alertar que: *“Nesses conflitos ‘pós-socialistas’, identidades grupais substituem interesses de classe como principal incentivo para mobilização política. Dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental”* (2001, pág. 245). Chamando nossa atenção para os dilemas que surgem na implementação das duas matrizes que medeiam a discussão de DHC: reconhecimento x redistribuição e como os “remédios” que podem solucionar uma questão, entram em conflito com aqueles prescritos para a outra, gerando uma dicotomia difícil de ser equalizada entre injustiças socioeconômicas e injustiças culturais (ou simbólicas).

Ser diferente (e ter o reconhecimento deste direito garantido) está no cerne de qualquer discussão sobre Direitos Humanos e Cidadania. No entanto, em um mundo volátil como este em que estamos vivendo, restringir a luta apenas ao reconhecimento de direitos adstritos a um grupo cultural, é uma temeridade, uma vez que pode levar a um reconhecimento inverso, como postula Fraser ao dizer: *“... a prática de redistribuição afirmativa tende a iniciar uma segunda dinâmica – estigmatizante – de reconhecimento, que contradiz seu comprometimento oficial com o universalismo”* (2001, pág. 270). Nesse cenário, nosso principal desafio passa a ser coadunar os interesses de grupos distintos, que requerem o reconhecimento de suas singularidades, com a luta mais universal por emancipação econômica. Desafio de grande monta, já que coloca no mesmo palco lutas distintas e que, de acordo com Fraser, podem levar ao dissenso em lugar de promover o consenso.

Para vencer os ruídos de comunicação entre os diferentes atores que postulam direitos, é imprescindível fomentar uma intensa permuta de ideias. Nesse campo minado do

entrecruzamento de reivindicações distintas, percebe-se uma lacuna no diálogo entre as várias vertentes dos movimentos sociais. Com raras exceções, os movimentos dialogam muito pouco entre si e só o fazem em momentos pontuais. Neste mundo mutante, onde as identidades são colocadas em xeque (quando não destruídas) a todo instante, um diálogo franco e aberto entre os segmentos sociais historicamente excluídos é um potente motor de combustão, pois possibilita ampliar o alcance da voz desses sujeitos, potencializando suas ações. Isso pôde ser verificado quando das chamadas “jornadas de junho/2013” no Brasil, quando as juventudes capitanearam movimentos diversificados, impondo-se enquanto grupos de pressão política e criando novas arenas de luta na defesa da cidadania e pela formatação de direitos bem específicos.

Outro aspecto que precisa ser observado, diz respeito à importância de adequar o debate à demanda efetiva da sociedade brasileira evitando impactos endógenos, DEMO (2003, p.35), referenciando HABERMAS, chama a atenção para a importância de construir um pensamento próprio capaz de expressar a importância do direito e de realizá-lo na prática. Uma vez que as populações quando não pensam, “não sabem pensar”, copiam direitos exógenos e, por isso mesmo, só os realizam como objeto, deturpando o significado intrínseco do direito em si mesmo. Reside no embate entre a “importação” de configurações que não se adequam às demandas internas e a necessidade de gerar uma pauta específica, o principal debate sobre a temática dos Direitos Humanos e da Cidadania – territórios de disputa onde o movimento social precisa fincar trincheiras.

Como visto, a negação de direitos está acoplada a um movimento de eixos transversais de subordinação que perpassam vias de intersecção entre vários fatores, entre eles: gênero, raça, etnia, geração, classe social, sexualidades. O produto dessas acoplagens pode ser observado no discurso adotado para justificar a opressão, e que, de acordo com Santos e Botelho (2011, p. 6): “Pode impedir que cada sujeit@ sob opressão se veja e seja vist@ como sujeit@ em luta, ao invés de sujeit@-vítima”. Romper esse círculo, para as autoras, passa pela resignificação de conceitos e pré-conceitos que se encontram inseridos, com especial força, na atuação docente. Isso fica mais evidenciado no entrecruzamento dos eixos de subordinação, que adquirem potência quando associados a um discurso desmobilizador, particularmente dentro do sistema formal de ensino, ocasionando clivagens que extrapolam os muros escolares.

A proposta de Santos e Botelho, para a quebra do paradigma do sujeito-vítima e o fortalecimento da luta por DHC, é a adoção de uma pedagogia da alteridade, que estabeleça como critério operacional aos professores:

[...]transformar sua sala de aula num espaço de convivência das diferenças, diversidades, alteridades, e com coragem para revisitar seus próprios discursos, prática e compreensões que ainda alimentam os processos de vulnerabilização intersectados em termos de pertencimentos raciais e orientações afetivo-sexuais e identidades de gênero. (SANTOS e BOTELHO, 2011, p. 14)

Esse movimento é um dos possíveis caminhos para uma mudança cultural de fundo, que se traduza na aceitação e na convivência harmônica com as diferenças, prismaizando um conjunto de direitos que se encontram encapsulados.

Uma idéia de como essa mudança pode operar nas consciências, são as recentes coalizões de jovens que tomaram as ruas brasileiras em protestos por mobilidade, por exemplo. Ao colocarem-se enquanto sujeitos de direitos, as juventudes provocaram a ruptura da ideia de alienação e/ou insubordinação que nelas foi “colada” no decorrer da história. Para além de fatos políticos, nesse movimento, as juventudes levantaram uma ideia: a de que não apenas estão “por aí”, mas estão inseridas no processo histórico de remodelação do mundo. De acordo com Lênin, os fatos podem ser teimosos, mas as ideias são mais teimosas ainda. Prolatar as juventudes vinculadas a direitos inalienáveis, como o direito de ser, com todas as suas especificidades, é convergir para um mundo onde, de fato, os direitos humanos cimentam as relações sociais para além de determinismos semânticos.

4.4 – O CÔNCAVO E O CONVEXO – DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO

A desigualdade entre o masculino e o feminino é o grande paradoxo do conceito de “direitos humanos” forjado no nascedouro da sociedade burguesa. A concepção cai por terra quando confrontada com a opressão e a negação que sempre acompanharam as narrativas femininas ao longo da história. No mundo do trabalho essas diferenciações são operadas na máxima potência. Hirata (2002), citando os estudos de Kergoat, destaca como principais sustentáculos dessas distinções os dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho: a separação – o que é trabalho de homens e de mulheres – e a hierarquização – que considera o trabalho dos homens mais valoroso que o das mulheres. Na estrutura deste “pensamento” convivem em sintonia relações assimétricas, hierarquizadas e, no mais das vezes, antagônicas, de exploração da força produtiva de mulheres e homens e da operacionalização dessa diferença na divisão sexual do trabalho.

Divisão sexual do trabalho não é uma categoria facilmente definível. O conceito costuma atrair análises equivocadas e reducionistas, que se apropriam de estatísticas sobre a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho como ponto de ancoragem para explicar as ordenações desiguais no campo trabalhista. No entanto, esse é um processo que extrapola os domínios da gestão de pessoas ou do modelo produtivo em voga. As dimensões envolvidas nesse debate não estão circunscritas apenas ao campo das relações de trabalho. Antes, transportam em seu DNA a categorização de gênero que se forjou enquanto construto social – intrinsecamente vinculada à morfologia do feminino e masculino – construindo a história dos sexos em detrimento da história da humanidade. Para Hirata (2002), isso significa que a divisão sexual do trabalho é marcada cultural e economicamente e, por isso mesmo, varia de acordo com o compasso histórico.

Amparado no paradigma morfológico, o mercado de trabalho opera numa frequência unidimensional, que não apenas prioriza o trabalho masculino, mas menospreza o feminino, diretamente vinculado ao papel social que a mulher (ainda) ocupa: dona de casa/trabalhadora do lar. A disfunção mercadológica se clarifica quando observamos o que constata Kergoat., citada por Silva (2008), para ela a lógica por trás da ideia de que o trabalho feminino é inferior “[...] tem sua raiz na designação prioritária das mulheres ao trabalho doméstico” (2008, p.94), este, por sua vez, é subvalorizado e desconsiderado na composição da cartela de ocupações socialmente consideradas pelo mercado, determinando o “lugar” de destino das mulheres no campo do trabalho (mais especificamente entre aquelas com pouca ou nenhuma formação). Neste parto, das entranhas da hierarquia de gênero, surge a subordinação que incide transversalmente “intragênero”, uma vez que se relaciona à geração, raça/etnia e classe social, ocasionando uma densidade negativa da posição feminina no mercado de trabalho.

No compasso da globalização, que operou mudanças significativas na reordenação produtiva causando um impacto extremamente negativo em países de economia periférica (entre eles o Brasil), as reestruturações das relações de trabalho impactaram diretamente o segmento feminino, para Hirata:

Se o emprego masculino regrediu ou se estagnou, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres ao nível mundial [...] Contudo, essa participação se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis[...] (2002, p. 143)

Para ela, a nova dinâmica instalada no bojo da flexibilização do capital (e de seus componentes agregados), emerge como um dos “paradoxos da globalização” que amplia o

mercado ao mesmo tempo em que restringe a oferta de trabalho qualificado e decente. Fazendo uma leitura pormenorizada do impacto dessa “nova ordenação”, Hirata (2002) alerta para o fato de “este novo modelo de trabalho, precário, vulnerável e flexível” assumir-se como o paradigma obrigatório que engolirá, com o tempo, trabalhadoras e trabalhadores em suas entranhas. Além dessa preocupação mais geral, a autora insere no debate a inquietude diante da ideia de utilização das mulheres, pela pouca proteção que recebem, como cobaias de um experimento que descortina um horizonte sombrio na normatização do trabalho de todos.

4.5 – PROTEÇÃO JURÍDICA: MERCADO DE TRABALHO, JUVENTUDES E GÊNERO NO BRASIL

As normas relacionadas às juventudes são uma realidade recente no Brasil. A primeira tentativa de criar um corpo de Lei sobre o assunto ocorreu em 1927 com a elaboração do Decreto 17.943-A, conhecido como “Código Mello Mattos”, de acordo com Azevedo

Embora elaborado exclusivamente para o controle da infância abandonada e dos delinquentes de ambos os sexos, menores de 18 anos (art.1º), o Código Mello Mattos seria, apesar disto, o primeiro diploma legal a dar um tratamento mais sistemático e humanizador à criança e ao adolescente. Consolidando normas esparsas anteriores e prevendo, pela primeira vez, a intervenção estatal nesta delicada seara social (2007, p. 3).

Para ele “A doutrina subjacente ao Código Mello Mattos (CMM) era a de manter a ordem social”, eram normas que já nasciam caducas, padecendo de um conservadorismo que as mutilava e corroborava a abordagem juvenil sob a ótica da delinquência. Apesar disso, foi o primeiro diploma legal a tratar a questão das juventudes no país que, sob certa medida, tentava proteger a infância e as juventudes de abusos (o CMM descriminalizou a conduta juvenil e normatizou as internações em centros de recuperação).

O crescimento urbano acelerado, a favelização das grandes cidades e o *boom* populacional, (particularmente nas áreas mais vulneráveis) aliado ao desemprego em massa e ao pensamento político adotado pela Ditadura militar, desembocou, em 1979, na adoção da Lei 6.679/79 (Código de Menores - CM). Entre outras ações retrógradas, o CM/79 instituía a detenção por tempo indeterminado e por “desvio de conduta” (ampliando quase ao infinito os “delitos” passíveis de serem enquadrados na Lei). Este modelo de normatização só seria revisto com a adoção do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (Lei 8069/1990), que passou a dar, efetivamente, um tratamento mais humanizado às juventudes, elencando direitos e elevando-as à categoria de cidadãs e cidadãos.

Paralelo a este percurso, as Leis de proteção ao trabalho juvenil também sofreram um processo lento e carregado de fissuras ao longo da história. A abolição da escravatura, em 1888, é o marco do início de um debate nacional sobre o trabalho infantil e juvenil no país. Com o advento da abolição a preocupação voltou-se para a massa de desempregados que acudiam às ruas das cidades. Crianças e adolescentes eram abandonados e vagavam em grupos maltrapilhos, assustando a “boa sociedade” da época. Apesar do caloroso debate em torno do “problema”, foi somente após a proclamação da República que se criou o primeiro diploma legal de proteção ao trabalho do menor. O decreto 1313/1891, trazia em seus artigos 2º e 4º a fixação da idade mínima de 12 anos para o ingresso nas fábricas; jornada de sete horas diárias não consecutivas para menores de 12 a 15 anos do sexo feminino, e de 12 a 14 anos do sexo masculino e em nove horas, nas mesmas condições, para os de 14 e 15 anos do sexo masculino.

Em 1917, a Europa convulsionava. Após a Revolução Bolchevique na Rússia, os Estados nacionais começaram a envidar esforços para barrar a possibilidade de novas revoluções socialistas. Isto significava fazer alguma concessão no campo trabalhista e barrar o avanço do movimento sindical (organizado e politizado). No Brasil, iniciou-se um movimento de proibição do trabalho de adolescentes menores de 14 anos nas fábricas. Naquela época, eram poucos os que tinham registro civil, em consequência, os filhos dos pobres e dos imigrantes eram absorvidos indiscriminadamente pelo mercado de trabalho, sem averiguações quanto à faixa etária. Por isso, era possível encontrar nas fábricas crianças de até 8 anos de idade em trabalhos insalubres, penosos e mal remunerados. Com o decreto do Código de Menores (CMM), em 1927, foram adotadas algumas medidas protetivas de cerceamento do trabalho infantil e juvenil em condições precárias. Entre elas as proibições: de trabalho insalubre e perigoso para menores de 14 anos; trabalhos excessivamente fatigantes ou perigosos à saúde, à moralidade e à vida para os menores de 18 anos; fixação de jornada de seis horas e proibição de trabalho noturno para menores de 18 anos. O CMM só entraria em vigor dois anos depois em razão de um *habeas corpus*.

Com a promulgação da Constituição de 1934, que proibia o trabalho dos menores de 14 anos e restringia o emprego de menores em ocupações insalubres e no horário noturno, as juventudes brasileiras ganharam o primeiro documento legal que lhes facultava o direito a uma normatização menos draconiana. No entanto, com o processo político que se desenrolava na ocasião – ascensão do nazifascismo na Europa – e o alinhamento do governo Vargas às

ideias que norteavam as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), uma nova Constituição foi outorgada, dando plenos poderes ao Presidente e iniciando o chamado Estado Novo. Com conotações pretensamente democráticas, a constituição de 1937, apesar de restringir as liberdades políticas, manteve a proibição do trabalho de menores de 14 anos e do trabalho insalubre para menores de 18. No bojo do desenvolvimento de uma política marcadamente populista, Vargas aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto-lei 5452/43 – ampliando direitos trabalhistas e normatizando o trabalho do menor. Em seu Capítulo IV, Da Proteção do Trabalho do Menor, artigos 402 a 441, a CLT elenca uma série de restrições ao trabalho infanto-juvenil. Institui o “salário de menor” – 50% do salário mínimo do trabalhador – e eleva o menor à condição de aprendiz.

A derrota do nazifascismo na Europa repercutiu fortemente na política brasileira, levando à derrocada do Estado Novo e estabelecendo a volta da democracia. Neste contexto, era imperioso elaborar uma nova Constituição que restituísse os direitos políticos e civis aos brasileiros. Em dezembro de 1945 foi eleita uma Assembléia Nacional Constituinte, responsável por readequar a ordem jurídica aos novos tempos. A Constituição de 1946 promoveu uma revisão do governo Vargas, naquilo que ficou conhecido como “autópsia da ditadura”¹⁴. Embora mantivesse as bases da Constituição anterior (marcadamente na parte da organização dos partidos políticos), na legislação específica sobre trabalho infanto-juvenil, promoveu um pequeno avanço ao ampliar a idade mínima para trabalho noturno, que passou de 16 para 18 anos. Vinte anos depois os avanços alcançados pela Carta de 1946 seriam colocados em xeque pelo golpe militar que destituiu João Goulart.

Em 1964, com a imposição da ditadura civil-militar no Brasil, as normas de ordenação jurídicas sofreram um retrocesso político e social. Em relação ao tratamento dispensado às juventudes, a regressão atingiu seu ápice ao ser sancionada a Lei Federal 4.513 de 01/12/1964, criando a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que substituiu o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). A doutrina de Segurança Nacional, adotada pela ditadura e que permeava toda a ideologia militar, teve efeito devastador sobre a adolescência. Nesse traçado, a intervenção da FUNABEM foi desastrosa, pois marginalizava a infância e a adolescência e detinha sobre elas um poder quase absoluto. No rastro de uma série de escândalos envolvendo desvio de verbas, maus tratos e até denúncias de tortura, a entidade foi extinta em 1990, quando da entrada em vigor do ECA. No campo trabalhista,

¹⁴ Citado em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Constituicao1946>

com a promulgação da Constituição de 1967, os militares operaram um retrocesso aos cânones observados no início do século XIX, pois reduziram a idade mínima para o trabalho do menor de 14 para 12 anos, de acordo com o Art. 158, Inciso X.

Além dessas “medidas”, os militares adotaram ações de reforma no campo educacional – Leis nº. 5540/68 e 5692/71 – respectivamente, reforma universitária e reforma do ensino de primeiro e segundo graus. Estas reformas objetivavam atender às necessidades impostas pelo mercado, sintetizadas na tríade: aprimoramento técnico; incremento da eficiência e maximização de resultados. Incorporando ao sistema de ensino do país a tendência tecnicista como referencial para a organização escolar. Isto fica evidenciado nas alíneas a e b, do parágrafo 2º do artigo 5º:

(...) a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau; b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periódicamente renovados (BRASIL, 1971).

Todas essas medidas reforçaram a visão maniqueísta das juventudes, cristalizada no binômio “bom moço” x “desajustado”. Atuando como catalisadores de um discurso que ainda hoje encontra eco no imaginário social e que, ao contrário de somar esforços no sentido de estender direitos, busca restringi-los (como o debate contemporâneo em torno da diminuição da maioria penal).

No início da década de 1980, um intenso movimento pela redemocratização do país ganhou as ruas. O movimento das “Diretas Já!”, que pedia a volta das eleições diretas em todos os níveis, embora derrotado no Congresso Nacional, disparou um processo inexorável de mudanças. O passo seguinte seria a vitória de Tancredo Neves, eleito (indiretamente) Presidente da República pelo Colégio Eleitoral, em 1985. Derrotados nas urnas – nas eleições diretas para Governador em 1982 – e no Colégio Eleitoral; amargando uma dívida externa que batia os cem bilhões de dólares; uma inflação na casa dos 100%¹⁵ e uma oposição crescente, os militares foram obrigados a deixar o poder. Herdeira do processo de redemocratização, em 1986 foi eleita uma Assembléia Nacional Constituinte com a tarefa de reformular a Lei máxima do país. Promulgada em 1988, a nova Constituição “Cidadã”, advogava mudanças estruturais para o país. Em seu artigo 227, parágrafo 3º, a Constituição de 88 preconiza

15

§ 3º - O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;

Isto representou uma importante mudança na normatização do trabalho juvenil abrindo palcos de discussão sobre o modelo de educação para o trabalho que melhor se adéqua aos interesses do país. Ampliando os direitos das juventudes trabalhadoras, em dezembro de 1998 a Emenda Constitucional nº 20 elevou a idade mínima do trabalho para 16 anos. Com a entrada em vigor da Lei 8069/90 – ECA – os direitos previstos na Carta Magna são ampliados e consolidados. Acompanhando princípios adotados pelos organismos internacionais, em seu Art. 1º, o Estatuto já coloca a que veio, ao estabelecer que “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”¹⁶. Embora assinala mudanças, o ECA ainda mantém o conceito de juventudes atrelado à faixa etária e desvinculado da questão de gênero, isso restringe seu alcance e impacta timidamente suas ações.

Uma mudança de orientação política pôde ser verificada a partir de 2003, após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República. Houve uma priorização dos programas de redistribuição de renda (bolsa-família, Brasil Carinhoso, Minha Casa Minha Vida) e o olhar sobre o mundo juvenil ganhou novos contornos. Em 2005 foi criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). Em agosto de 2013 (já no Governo Dilma Rousseff) foi sancionada a Lei 12.852/2013 – Estatuto da Juventude. Também em 2013 foi criado o Participatório – Observatório Participativo da Juventude (ambiente virtual e interativo para debate, exposição de ideias e mobilizações). Preocupado em aproximar-se ainda mais do universo juvenil, o atual governo lançou o programa Estação Juventude. Este se organiza como espaços públicos que ofertam informações sobre programas e ações voltados para os jovens, esses espaços são setorizados e o objetivo é levar aos Estados e Municípios instrumentos de orientação e apoio para que “[...] eles próprios (os jovens)¹⁷ tenham condição de construir as suas trajetórias e buscar as melhores ferramentas para a sua formação”¹⁸.

Modelo de instrumental disponibilizado para o emponderamento das juventudes são os diversos programas e projetos ofertados pelo Estado brasileiro hoje, entre eles: PRONATEC

¹⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

¹⁷ Grifo nosso

¹⁸ <http://www.juventude.gov.br/documentos/ej-caderno>

(qualificação técnica); Projovem (*mix* de seis programas voltados para formação, orientação e disponibilização de recursos financeiros, juntos atenderam mais de um milhão de jovens entre 2008 e 2009); Programa Cultura Viva (fortalecimento das manifestações culturais em áreas de vulnerabilidade); ProUni (distribuição de bolsas de estudo em faculdades particulares). Embora esse *pool* de ofertas oportunize às juventudes de baixa renda portas de saída, quando abrimos as janelas nos deparamos com um desequilíbrio entre a oferta, a adesão e a formalização das mudanças. Impregnadas pela subordinação verificada no interior da hierarquia de gênero, na estruturação desses programas são mantidas as construções socioculturais que obstaculizam às mulheres jovens romper os preconceitos que as mantêm encarceradas.

A década de 1990 foi o palco de uma crescente precariedade e informalidade no mundo do trabalho e da produção. Consequência direta da globalização sobre o emprego, essa precarização se refletiu de forma bastante acentuada no emprego feminino. Para Hirata

[...] pouco mais de 10% do trabalho feminino pertence agora à categoria das “profissões executivas e intelectuais superiores [...] No extremo inferior, assistimos ao crescimento do trabalho precário [...] Empregos precários – mal pagos e sem perspectiva de carreira (2002, p. 148)

Na senda da divisão sexual do trabalho e suas intersecções, emerge o conceito de gênero associado às assimetrias verificadas no interior do processo produtivo. Sendo uma construção social, gênero liga-se ao contraponto entre a “fragilidade” feminina e a independência masculina. Nesse entrelaçado de (pré) conceitos e categorias, as jovens mulheres são as mais atingidas, pois as restrições que se abatem sobre o feminino encontram-se aqui potencializadas, em sobreposição com sua condição juvenil.

A lógica da “disciplina” familiar (paternalista, machista e sexista) ainda incide sobrestando a infância e a adolescência de uma parcela considerável da população e pavimentando o percurso que essas meninas trilham na vida. A mulher jovem sofre um duplo preconceito uma vez que a violência de gênero está baseada em relações assimétricas de poder, às quais, pela fragilidade de sua situação de “dependentes”, estão submetidas meninas e adolescentes. Essa “violência” é experimentada em todas as dimensões da vida das jovens mulheres e celebra um pacto perverso quando se manifesta no ambiente de trabalho, seja no menosprezo, seja na manipulação do potencial criativo destas.

Associado à invisibilidade feminina no campo do trabalho, fatores externos contribuem para perpetuar o lugar de desigualdade destinado às jovens mulheres. No documento "O Estado da População Mundial 2013", o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), afirma que o Brasil sofre um decréscimo, ao ano, da ordem de US\$ 3,5 bilhões (mais de R\$ 7 bilhões) em sua riqueza nacional devido à gravidez adolescente. A perda monetária referida no relatório da ONU pode ser atribuída a uma associação de fatores que compõem um tripé perverso: evasão escolar + mortalidade por complicações na gestação e/ou parto (acrescido de gastos relacionados ao acompanhamento da saúde da parturiente) + dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Esses fatores contribuem para a elevação de taxas negativas em relação à faixa etária que vai dos 10 aos 19 anos, impactando a qualidade de vida dessas jovens mulheres e estabelecendo um padrão que tende a perpetuar a situação de pobreza em que vive a maioria dessas adolescentes.

As estatísticas são assustadoras, de acordo com dados do Censo 2010, a evasão escolar no Brasil, devido à gravidez precoce, está na casa dos 10%. Entre os países do Mercosul, o Brasil apresenta a pior taxa nesse quesito. Frequentemente, devido à desinformação sobre sexualidade e outros componentes familiares (desestruturação, violência doméstica e pobreza), a gravidez na adolescência pode ser considerada como mais um agravante tanto para o aumento da morbidade materno-fetal quanto para o aumento de problemas sociais. Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), aponta a gravidez adolescente como uma das principais causas da evasão escolar. Em pesquisa realizada em 2008, o instituto constatou que, na faixa etária de 10 a 17 anos, 6,1% das meninas fora da escola não tinham filhos. Em contrapartida, entre as que já eram mães, o percentual atingia 75,7%. Premidas por uma situação de vida que as mantém vulneráveis, as jovens mulheres são as principais vítimas na triangulação entre: educação, saúde e trabalho decente.

O capitalismo não "doa". Premido pelo impulso das massas, faz concessões, mas não oferta nada de graça a ninguém. Compreender a ordenação social vigente e nosso lugar na tessitura social é o primeiro passo para consolidar agendas robustas de inserção, com qualidade, no mercado de trabalho. Como arena preferencial de contenda, pode-se apontar a educação (formal e informal). Reside na educação para a cidadania a essência para uma transformação da sociedade brasileira em uma sociedade justa e igualitária. Segundo Rouanet (2012), essa mudança só será possível quando o debate tocar as feridas abertas pelo modelo de sociedade forjado no Brasil, colocando em evidência as características negativas desse modelo para que

possam ser enfrentadas e erradicadas. É neste ponto que o movimento social organizado adquire potência máxima, pois através de suas agendas a pauta governamental se abre para as demandas da maioria.

5 – PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO, JOVENS MULHERES E PROJETOS DE VIDA: QUAL RELAÇÃO POSSÍVEL?

5.1 – O PROGRAMA

O Pró-Adolescente é um programa ofertado pela Câmara dos Deputados (CD) e tem por finalidade oferecer às adolescentes e aos adolescentes uma porta de entrada para o mercado de trabalho. Formatado pela Administração da CD em 1993, o programa engloba uma cesta de ações institucionais na área de responsabilidade social entre as quais: EcoCâmara, Escola de Cidadania, Parlamento Jovem e outros. Com a entrada em vigor da Lei nº 10.097/2000 (Lei de Aprendizagem), a Câmara dos Deputados adequou sua proposta inicial, passando a contratar adolescentes na condição de aprendizes, estes exercem atividades vinculadas ao curso de capacitação profissional de auxiliar de escritório ou de serviços administrativos. O período máximo de permanência no programa é de 22 meses e ao longo desse tempo os/as adolescentes participam de diversos cursos profissionalizantes, entre os quais: informática, técnicas de arquivo, atendimento ao público, noções básicas de português e matemática e, teleatendimento. Além do salário mensal (correspondente a um salário mínimo), as e os jovens recebem auxílio-transporte e vale-alimentação. No escopo do programa estão previstas, também, ações de formação na área de ética, cidadania e educação política.

O objetivo principal do programa é a inclusão social pelo trabalho, promovendo a qualificação especializada e oportunizando um acréscimo da renda familiar. Agregadas a estes podem ser observadas outras finalidades: como a educação para a cidadania e a formação política. Como se trata de um Programa de Aprendizagem é amparado pela Lei 10.097/2000, que normatiza as relações estabelecidas em seu seio. De acordo com o artigo 428 da Lei é considerado contrato de aprendizagem aquele

[...] contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

O Proad/CD atende hoje 453 jovens de ambos os sexos. Embora não estejam desagregadas por gênero, tanto o CESAM quanto a Secretaria Executiva do Proad/CD estimam que 50% das vagas sejam preenchidas por meninas (dado corroborado pela observação desta

pesquisadora). Para o ano fiscal de 2015, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados já aprovou um acréscimo de sete vagas, elevando para 460 o número de jovens que serão atendidos. Conforme apurado em entrevista com representantes da Secretaria Executiva do Pró-adolescente, tanto os acréscimos, quanto a designação da lotação, são orientados pela administração daquela Casa legislativa e seguem as solicitações oriundas das diversas áreas. Dados apurados em 2012 informam que as/os jovens encontravam-se lotados em 108 setores dos 135 que compõem o organograma da CD, entre os quais: Lideranças partidárias, Comissões, Diretorias, Secretarias, Departamentos, Coordenações, Assessorias, Consultorias e Centros.

O acesso ao Programa se dá através de inscrição no CESAM e segue alguns parâmetros bem definidos, de acordo com a “Cartilha de Valorização do Adolescente”, editada e distribuída pela Câmara dos Deputados

Os adolescentes ingressam no programa com idade entre 15 anos e 6 meses e 16 anos, oriundos de famílias com renda per capita inferior a ½ (meio) salário mínimo, matriculados e cursando o ensino público regular a partir da 7ª série do ensino fundamental, com exceção do Ensino para Jovens e Adultos – EJA, além de residirem no Distrito Federal (2005, p. 12)

5.2 DO PROCESSO SELETIVO

A inscrição pode ser feita junto ao CESAM, por telefone ou no site, caso preencha os requisitos de: idade, moradia, renda e escolaridade, a/o adolescente entra numa lista de espera organizada de acordo com o mês de aniversário. Posteriormente, elas e eles são chamados para entrevista obedecendo ao mês do aniversário. A lista de espera segue a ordem de inscrição e depende do número de vagas ofertadas no mês. O passo seguinte é uma entrevista psicossocial que objetiva traçar o perfil da/do adolescente, bem como levantar os dados socioeconômicos e o contexto familiar. Após ser selecionado, é feita uma visita domiciliar com o intuito de conhecer “[...]as condições de emprego, moradia, renda e relações do adolescente e da sua família no contexto onde vivem” (2006, p.16). Ao término desse processo a/o adolescente é informado sobre os dias e horários em que deverá comparecer ao CESAM para a capacitação, momento em que elas e eles podem ser observados e avaliados quanto a aspectos como: comportamento, compromisso, comprometimento, desenvoltura, responsabilidade, entre outros. Caso se enquadre nos critérios e normas da Instituição (CESAM), são encaminhadas e encaminhados aos conveniados, entre eles a Câmara dos Deputados.

5.3 – DAS AÇÕES DE COMPLEMENTAÇÃO PEDAGÓGICA E CULTURAL

Disponível no site da CD encontram-se resumidos os projetos associados ao Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente. Embora não seja um programa focado na aprendizagem pedagógica, oferta alguns instrumentos que oportunizam ampliar o alcance educacional e cultural das e dos adolescentes, entre eles

PROJETO DE AÇÃO ESCOLAR

Ações para melhorar o desempenho escolar dos adolescentes conscientizando-os da importância do estudo:

- Guia de dicas e plano de estudo semanal;
- Incentivo à leitura - Criação do Espaço Viva Leitura que conta com 500 títulos;
- Plantão de Dúvidas - Reforço escolar com 10 voluntários e 9 disciplinas.

PROJETO LOTAÇÕES

Ações no sentido de adequar as lotações dos adolescentes às necessidades dos setores por meio da Seleção por competência comportamental:

- Visita aos supervisores para a construção do perfil de competências comportamentais — atitudes e comportamentos compatíveis com as atribuições a serem desempenhadas no setor requisitante;
- Dinâmica de grupo com foco em competências utilizada na ambientação dos adolescentes para observar comportamentos específicos;
- Participação dos supervisores na ambientação dos adolescentes objetivando uma maior integração e comprometimento daqueles que estão diariamente com os participantes do programa.

PROJETO ESPORTE E CULTURA

Ações no sentido de conscientizar o adolescente da Câmara sobre os benefícios da atividade física para a saúde e facilitar o seu acesso à cultura, valorizando o seu potencial artístico. Este projeto baseia-se na certeza de que a prática esportiva, aliada a uma nutrição adequada e ao fortalecimento da cultura, só vem contribuir para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida do adolescente no setor de trabalho, facilitando sua integração com o chefe e colegas de seção.

- Participação em gincanas esportivas;
- Concurso de artes;
- Encontros com demonstração de talentos;
- Mostras culturais.

PROJETO CÂMARA CIDADÃ

O objetivo do Programa, e conseqüentemente deste projeto, é valorizar o trabalho desenvolvido pelos adolescentes e oferecer-lhes apoio, promovendo ações no sentido de facilitar a sua inserção no mercado de trabalho através da promoção de parcerias com instituições acadêmicas e profissionais, que oferecerão bolsas de estudo em cursos pré-vestibular, de graduação, estágios remunerados e até mesmo a contratação efetiva dessa mão-de-obra já formada para o mercado.

- Criação da Página do Programa no Portal da Câmara;
- Cartilha de Valorização do Adolescente¹⁹

¹⁹ <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/programa-pro-adolescente>

Como reconhecimento pelo papel social que desempenha, em 2006, o Programa Pró-Adolescente foi premiado em 1º lugar na categoria Pessoa Jurídica – Projetos Sociais, ganhando o Prêmio Candango de Excelência em Recursos Humanos, uma promoção da Associação Brasileira de Recursos Humanos – ABRH-DF. Nesses vinte e um anos de implementação, o Programa atendeu mais de 2.000 jovens brasilienses em situação de vulnerabilidade social, embora no universo de trabalhadores da Câmara dos Deputados – 17.250²⁰ – o número de adolescentes aprendizes possa aparecer insignificante, quando confrontado com os dados de efetividade do Programa, esse número ganha destaque e se avoluma.

5.4 – SOBRE A EMPRESA CONCEDENTE – CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara dos Deputados, juntamente com o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU), compõe o Poder Legislativo Federal. Eleitos em votação direta, desde 1982, os Deputados Federais representam o povo junto ao Congresso Nacional. Atualmente a Câmara tem 513 Deputados, distribuídos de acordo com o número de habitantes (e não de eleitores) de cada estado. Essa proporcionalidade é limitada a um mínimo de oito deputados e a um máximo de setenta deputados por estado e ocasiona uma calorosa discussão acerca da sub-representatividade de alguns estados com densidade demográfica elevada.

A Câmara dos Deputados está localizada na Praça dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios em Brasília/DF, dentre suas atribuições estão: discussão e aprovação de propostas referentes às áreas econômicas e sociais, como educação, saúde, transporte, habitação, entre outras; discussão e aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a proposição de novas Leis através de Projetos de Lei discutidos e votados nas secretarias e no plenário. É uma Casa política, onde são elaboradas as Leis e discutidas todas as grandes questões nacionais.

Para desempenho de suas atribuições, a Câmara conta com 17.260 funcionários ativos, assim distribuídos: 679 analistas legislativos; 3.344 técnicos legislativos; 1.456 cargos de natureza especial; 1.567 comissionados; 10.883 secretários parlamentares. Distribuídos pelas diversas áreas, conforme cronograma (anexo 10).

A área responsável pelos recursos humanos na Câmara dos Deputados é a Diretoria de Recursos Humanos - DRH, que congrega o Departamento de Pessoal – DEPES, o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento – CEFOR, o Departamento

²⁰ <http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/quadro-remuneratorio>

Médico, a Secretaria-Executiva do Pró-Saúde e a Secretaria- Executiva do Pecúlio. A Diretoria tem a função de planejar, organizar, coordenar, comandar, controlar e orientar as atividades inerentes à gestão de pessoas na Câmara e zelar pelo cumprimento das diretrizes e programas da política de pessoal (2006, p.7)

Dentro dessa estrutura, A Secretaria Executiva do Pró-adolescente responde pelo acompanhamento do Programa em suas várias etapas.

5.5 – SOBRE A CONVENIADA: CENTRO SALESIANO DO MENOR/CESAM

Entidade sem fins lucrativos, o CESAM faz parte do Sistema Salesiano de Ação Social (SSAS), que mantém serviços e programas sociais atendendo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O Centro baseia sua atuação na Pedagogia Salesiana. De acordo com Paula, citado no site da Rede Salesiana de Escolas²¹

A Pedagogia Salesiana, também conhecida como o Sistema Preventivo, é um dos diferenciais da educação salesiana. Ela é fundada em três bases: "amor" - também entendida na palavra italiana amorevollezza. Os jovens devem ser amados e saber disso. Dom Bosco resumia: "Faça-se amar e não se faça temer". "Razão" - Dom Bosco acreditava que só a razão podia dizer ao coração o que é o bem. É por isso que a ciência sempre foi um grande pilar da educação salesiana. "Espiritualidade" - no projeto de Dom Bosco, a espiritualidade é o fundamento e coroamento dos valores e dos compromissos educativos do amor e da razão (PAULA, 2008, p. 65)

Tomando como pressupostos o conteúdo do ECA e a Pedagogia Salesiana, o Centro atende cerca de 6.500 jovens por mês, distribuídos em cinco unidades: Belo Horizonte/MG; Brasília/DF; Goiânia/GO; Rio de Janeiro/RJ e Vitória/ES. No Distrito Federal o CESAM está localizado na região considerada de maior densidade populacional e criminalidade – a cidade de Ceilândia.

O Centro é responsável pela contratação, monitoramento e acompanhamento da atuação das e dos adolescentes, bem como da operacionalização dos cursos de formação profissional previstos no Programa. No escopo do projeto que concorreu ao Prêmio Candango, essa etapa é definida da seguinte maneira

A aprendizagem concilia teoria e prática compatíveis com o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social do adolescente. Exige a organização metódica das tarefas numa complexidade progressiva – da mais simples a mais elaborada. O desenvolvimento deve ser correspondente e complementar, tanto no curso teórico como no ambiente de trabalho (2006, p. 17).

O programa de desenvolvimento profissional, formatado em conjunto com a Câmara dos Deputados, objetiva não apenas instrumentalizar as e os adolescentes para inserção no mercado de trabalho, mas procura desenvolver nas meninas e meninos noções de cidadania, ética, Direitos Humanos e responsabilidade social. O programa de formação foi estruturado

²¹ <http://www.salesianos.org.br/index.php/pedagogia-salesiana>

em módulos e compreende um período de doze meses, com carga horária semanal de vinte e cinco horas. A parte teórica corresponde a 25% da carga horária total do programa. Os outros 75% são desenvolvidos na prática, no trabalho cotidiano dentro da Câmara dos Deputados. O processo de monitoramento corresponde a: acompanhamento pedagógico (apresentação de boletins mensais e notificação de atrasos) e social (visitas domiciliares e reuniões com pais e responsáveis).

5.6 – A PESQUISA: RETRATOS DA VIDA EM MUTAÇÃO

Através da observação do cotidiano das jovens, tanto no ambiente de trabalho (CD), quanto no ambiente de formação (CESAM), o estudo mostrou o quanto programas dessa natureza fazem diferença na vida de jovens mulheres, oriundas das periferias pobres das grandes cidades e com pouco (ou nenhum) acesso aos bens culturais. Vários foram os relatos indicando essa direção, entre eles destaque três que reproduzem com clareza a dicotomia que permeia o imaginário juvenil: o sentimento de frustração que acompanha as juventudes quando estas não encontram espaços de participação e o sentimento de satisfação quando essa lacuna é preenchida.

— *Eu nunca tinha saído da Samambaia. Nem sabia o que era a Câmara dos Deputados. Fiz a inscrição aqui no CESAM, porque queria ganhar dinheiro para comprar as coisas que eu gosto, gostava (risos). Aí fui parar na Câmara e hoje eu vivo lá, no meio de onde tudo acontece, né! Isso é muito importante, pra mim e pra todo mundo. Nunca ligava para política e essas coisas, agora eu tirei o meu título e quero votar, quero dar minha opinião e ajudar a mudar o país. (L, 17 anos).*

— *O que eu quero? É dinheiro (risos), é ficar rica e comprar tudo que eu quero. Por isso entrei no programa, aqui eu sei que sou alguém, sabe? Eu aprendo um monte de coisas. Eu fico bem quieta no meu cantinho, porque eu conheço uma garota que fazia tudo errado e teve que sair do programa. Eu faço tudo bem certinho, porque não quero sair de jeito nenhum. Quem sabe eu não arranjo até um trabalho lá mesmo, dentro da Câmara? Eu gosto de dançar, meu sonho mesmo era ser bailarina, mas sabe como é... (M, 14 anos).*

— *“Aonde” eu moro não tem nada... Então a gente fica na rua conversando, jogando vôlei, futebol, peteca, namorando... É isso que a gente faz o tempo todo, no fim de semana, sabe! Claro que eu gosto de filme, uma vez colocaram uma telona lá no São Sebastião e passaram um filme, foi demais! Tava todo mundo lá. De trabalhar eu gosto muito, porque eu saio um pouco daqui, eu vejo gente diferente, que fala de outras coisas e aí eu fico com vontade de aprender, de saber cada vez mais. Isso é bom, né? (S, 16 anos)*

Importante para a compreensão do discurso das meninas é a leitura dos dados obtidos através dos questionários, cuja tabulação gerou as tabelas abaixo:

TABELA 1 – INFORMAÇÕES PESSOAIS

SEXO	Feminino – 100% (40)							
IDADE	As idades variam entre 14 e 17 anos, com predominância para o grupo formado entre 14 e 16 anos – 60% do total (não foi possível desagregar os dados neste quesito por falha na confecção do mesmo).							
RAÇA/ETNIA	Branca	30%	Parda	50%	Preta	20%		
ESCOLARIDADE	EF*	10%	1º ano EM**	30%	2º ano EM	20%	3º ano EM	40%
RELIGIÃO	Católica	40%	Evangélica	10%	Kardecista	10%	Outras	40%
ESTADO CIVIL	Solteira	100%						
Nº DE FILHOS	Nenhum	90%	+ de dois	Uma				
RESIDE COM	Pais	90%	N respondeu	10%				
CIDADE	Samambaia	40%	S.Sebastião	10%	Ceilândia	10%	Outras - 40%	

*Ensino Fundamental

**Ensino Médio

TABELA 2 – DADOS FAMILIARES

OCUPAÇÃO			
MÃES	Dona de casa – 30%; Gari – 10%; Desempregada – 10%; Autônoma – 10%; Auxiliar de serviços gerais – 10%; Faxineiras/domésticas – 20%; Outras 10% (sem especificação).		
PAIS	Marceneiro – 10%; autônomo – 10%; Aposentado – 10%; Desempregado – 10%; Porteiro – 10%; Pedreiro – 10%; Servidor público (10%); Outras 30% (sem especificação).		
ESCOLARIDADE			
MÃES	Ensino Fundamental incompleto (EFi) – 30%; Ensino Fundamental completo (EFc) – 10%; Ensino Médio incompleto (EMi) – 10%; Ensino Médio completo (EMc) – 20%; Outros/não sabe/não quis responder – 30%.		
PAIS	Analfabeto – 10%; EFi – 30%; EFc – 10%; EMi – 10%; EMc – 10%; 3º grau incompleto – 10%; Outros/não sabe/não quis responder – 30%.		
RENDA FAMILIAR			
De 1 a 2 Salários Mínimos	70%	De 2 a 4 Salários Mínimos	30%
PADRÃO DE MORADIA			
Alugada	45%	Própria	45%
Outras – Não especificado			10%

Os dados sinalizam uma mudança interessante, por exemplo, em relação ao padrão de moradia. Surpreendentemente, 45% delas assinalou que vivem em residência própria, contra 45% que vivem em casas alugadas. Embora esse não fosse o foco da pesquisa, é um dado relevante se levarmos em consideração os outros (como baixa escolaridade associada a desemprego ou subemprego dos pais/responsáveis). Uma característica que sobressai e corrobora outras pesquisas, diz respeito à escolaridade parental versus ocupação. Quando fazemos uma triangulação desses dados, a leitura surpreende, as mães tendem a ser mais escolarizadas que os pais, embora estejam em minoria no mercado de trabalho (ou em ocupações que reproduzem os afazeres domésticos – como auxiliar de serviços gerais, doméstica ou faxineira). Reforçando a discussão já mantida no capítulo quatro sobre a divisão sexual do trabalho.

Uma grata surpresa é o aumento na escolarização das filhas em relação aos pais. 90% cursam o Ensino Médio e 40% estão no terceiro ano. A grande maioria reportou o desejo de continuar os estudos e inserir-se no mercado de trabalho com qualificação. Para isso buscam uma preparação não apenas dentro do programa (nas ações auxiliares), mas também em cursos fora, como nos cursos de línguas ofertados pelo Centro Interescolar de Línguas de Brasília (CIL), por exemplo, e em cursos técnicos de escolas do Sistema S (SESC, SENAC, SESI, SENAI) e do Instituto Federal de Brasília (IFB). Foram múltiplas as manifestações a este respeito e todas apontavam para a mesma direção: melhoria na condição de vida atual.

Como, por exemplo, as seguintes observações:

— *Eu sempre gostei de estudar. E sei que é só estudando muito que eu vou poder atingir meus objetivos. Eu quero fazer faculdade. Direito! Depois eu vou ser juíza. É isso que eu vou fazer no futuro. Então eu estou me preparando, faço um cursinho de espanhol no IFB lá de Samambaia e quando eu puder, vou fazer inglês também.* (D, 16 anos)

— *Claro que a gente quer continuar a estudar, quem não quer melhorar de vida? Eu sei que é muito difícil melhorar de vida sem estudar, só ganhando na loteria ou recebendo uma herança... Como eu não acho que isso vai acontecer comigo... Eu vou estudar, estudar muito. Quero fazer medicina na UNB. Faço inglês no CIL aqui mesmo, de Ceilândia, mas sonho em fazer alemão, eu acho lindo!* (L, 15 anos)

Um outro dado que aparece com relevo na pesquisa diz respeito à raça/etnia: a maioria das meninas se reconhece negra. No quesito raça/etnia, 50% delas marcaram a opção parda e 20%, preta. Embora seja um avanço, essa “maioria” é também fonte de preocupação, pois

escancara a perversa vinculação entre raça/etnia e pobreza, uma vez que 70% delas vêm de famílias cuja renda (familiar) encontra-se na faixa de 1 a 2 salários mínimos (reforçando o que a literatura especializada na temática étnico-racial vem assinalando: os mais pobres entre os pobres, são negros). Ainda sobre o auto-reconhecimento é preciso fazer um adendo, através da observação detectou-se um comportamento conflitante em relação aos dados. Fisicamente a autoafirmação e autoestima esperadas não se confirmaram. Antes de exprimir opiniões de maneira confiante ou se posicionarem esteticamente como negras, a maioria delas apresentou um comportamento hesitante, que se configurou na negação dos traços físicos específicos da raça (cabelos alisados, por exemplo) e pela busca de padrões de beleza impostos como “ideais”. Essa constatação fica clara na resposta de algumas meninas durante a tempestade de ideias, ao ser lançada a palavra desejo, 30% delas (a maioria negras), responderam “mudar tudo”. Questionadas sobre o que seria esse “tudo”, as respostas foram de “*Fazer uma progressiva*” até “*Fazer uma plástica total*”, com ênfase em um grupo que disse querer “*Ficar com o cabelo igual ao da Gisele Bündche*”.

O estudo referendou algumas hipóteses já previstas, mas também assinalou surpresas interessantes, entre estas os padrões de consumo referenciados. À medida que as meninas iam se familiarizando com a presença da pesquisadora começaram a aparecer, com maior clareza, indicadores de personalidade e comportamento. Ficando nítido o amadurecimento que se opera no afetivo e no psicológico delas, no decorrer do tempo. Quanto mais antigo o vínculo, mais responsáveis e mais maduras elas se mostraram. Nesta linha, obtive relatos surpreendentes, com destaque para a fala de uma menina de 17 anos, para ela:

— *O programa me deu maturidade. Eu estou saindo agora, sabe! Junho é meu último mês no programa. Eu fico olhando essas meninas que estão entrando agora e fico pensando no quanto elas são inconsequentes, eu também era assim. Só pensava em pedir dinheiro para minha mãe e gastar em besteiras. Agora não, eu sei o valor do dinheiro, eu sei quanto tenho de trabalhar para ganhar meus R\$ 600,00. Hoje eu estou mais calma (risos). Ajudo mais a minha mãe – antes eu não queria saber de fazer nada em casa, só de forró (risos). Hoje eu quero continuar a estudar, quero ser advogada. (K, 17 anos).*

Outros discursos reverberaram o mesmo teor e reforçaram a hipótese da importância de dar voz e vez às juventudes, entre esses o depoimento de uma menina de 14 anos, que começou no Programa há dois meses, para ela

— *Entrar no programa foi a melhor coisa que já me aconteceu. Eu tinha feito inscrição há bastante tempo e nunca me chamavam aí eu vim na casa da minha amiga G., que mora aqui pertinho e passei aqui para saber da minha inscrição. Meu telefone estava errado, eles já tinham tentando me chamar, olha... Aí eu dei o número certo e fui pra casa da G, eu nem tinha chegado lá direito quando eles me ligaram e me chamaram para a entrevista. Eu vim correndo, nem acreditava, meu coração parecia que ia sair do peito. Fiz a entrevista, eles foram lá em casa e dois dias depois eu recebi minha camiseta. Fiquei rindo um tempão sozinha. (L. 14 anos)*

Essa mesma reação foi observada em outra jovem pela pesquisadora, enquanto esta aguardava na recepção do CESAM para ser atendida pela coordenação. Ao receber a camiseta, ela a vestiu imediatamente e saiu sorrindo (acompanhada por uma colega já uniformizada). Foi perceptível uma mudança imediata na postura corporal, o andar ficou mais firme, os ombros e a cabeça levantados. A impressão que a jovem passava era de ter conquistado algo muito importante.

Diante das observações e das entrevistas, é possível afirmar que o critério da efetividade, embora não faça parte do escopo do programa e nem seja alvo de monitoramento ou avaliação, foi atendido. Isto pode ser comprovado através das respostas das jovens à pergunta sobre o impacto do programa em suas vidas. 80% delas relataram mudanças em categorias diversas como: “Profissional, acadêmica e social” (S, 17anos). Com a maior parte dos discursos convergindo na mesma direção. Entre os depoimentos podem ser destacados os seguintes:

— *É um aprendizado para fazer concurso público. Eu to lá dentro, vivendo as coisas ali onde tá tudo acontecendo. Isso me dá uma vantagem, né! (M, 16 anos)*

— *Passar por aqui com certeza vai me dar uma certa vantagem mais lá na frente. Agora que eu tô no meu primeiro emprego, com certeza eu vou saber lidar mais lá na frente, quando eu tiver com meus 18 anos e tiver que procurar emprego. Isso porque eu tô vendo o quanto é bom trabalhar lá onde eu tô e, com certeza, eu vou querer fazer o concurso público para tá lá dentro, onde eu tô, mais tarde. (T, 15 anos).*

— *Eu já pensava em avançar nos estudos e fazer um curso superior, mas depois do programa eu quero mais, quero fazer concurso público e continuar a trabalhar na Câmara. (P, 17 anos).*

— *Eu gostaria de fazer um concurso público e, se tiver a oportunidade, terminar uma faculdade.* (K, 16 anos).

— *Eu fico pensando no mercado de trabalho e como essa experiência vai me ajudar. Ah, e eu quero fazer faculdade também... De pedagogia.* (V, 15 anos).

O trabalho foi profícuo na coleta de informações sobre a vida cotidiana e as variantes culturais inseridas no dia a dia das meninas, moradoras em cidades periféricas (cidades satélites) de Brasília – com incidência maior na cidade de Samambaia (entre Expansão, Samambaia Sul e Samambaia Norte). A maioria delas, 70%, se posicionou em relação aos desejos de consumo, de lazer e de trabalho, referenciando objetivos que contradizem o senso comum. No quesito consumo, o dado que mais surpreendeu (e apareceu robusto nas entrevistas) foi a escolha da opção livro como preferência de consumo de um número significativo – 40% das entrevistadas disse ser esse seu “objeto de desejo”. Apareceram outras variáveis como: roupas, sapatos, celulares, viagens e objetos de luxo, mas no desagregado essas referências são minoria e traduzem o desejo das meninas mais novas. Com relação a lazer, elas ambicionam acesso aos bens culturais (música, teatro, cinema) e formularam a vontade de ver estes disponibilizados em seu local de moradia. Quando perguntadas sobre projetos de vida futuros, a maioria esmagadora, 90%, diz ter planos de continuar os estudos e seguir uma profissão. Outro dado que surpreendeu está relacionado à renda familiar, 70% das meninas relatou que o salário recebido é parte constituinte dela, somando esforços na composição do orçamento doméstico.

Nem tudo são rosas, uma contradição que emergiu robusta diz respeito à participação política organizada. Apesar de trabalharem dentro de uma Casa, eminentemente política, a maioria das meninas indicou não ter interesse em participar de nenhum tipo de coletivo, seja comunitário, trabalhista ou político. Apenas três delas disseram já ter “militado” nos grêmios de suas escolas e somente uma sinalizou a vontade de participar mais ativamente dos processos decisórios em curso (eleições gerais 2014). Este é um dado preocupante, pois aponta uma apatia e um descrédito em relação ao sistema político do país. Se tomarmos os números pesquisados como amostragem para toda uma geração (dos 14 aos 29 anos), o dado é catastrófico, uma vez que demonstra o hiato existente entre as demandas por ampliação de direitos – pauta das chamadas “jornadas de junho 2013” – e a participação organizada e politizada dessas juventudes.

Embora seja um programa interessante, perde vitalidade por ser muito generalista, não há recorte de gênero/raça, sendo atribuído o mesmo nível de direitos a uma parcela que, historicamente, nunca esteve em paridade socioeconômica e cultural diante da sociedade: as mulheres jovens e, em dimensão muito maior, as mulheres jovens e negras. Se houvesse um ajuste no programa original, reorientando uma parcela dos recursos para essa categoria, penso que o mesmo seria mais eficaz e responderia melhor a seus propósitos: a inserção dessas meninas (que muitas das vezes já se tornaram mães) no mercado de trabalho, em condições de competição com os demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo que move é sagrado

Beto Guedes

Renato Russo chamou sua geração de “Coca-cola”, numa crítica mordaz ao posicionamento fluido de toda uma geração influenciada pelo consumo exagerado e referenciada na cultura norte-americana. Complementando a crítica, Cazuza cantou a necessidade de ter “uma ideologia para viver”, assumindo que aquela era uma geração sem rumo. Nunca foram tão pertinentes as duas posições como nestes tempos em que vivemos. Quando o mundo assiste estarecido a um desenvolvimento tecnológico acelerado, que melhora as condições de vida de poucos, ao tempo em que reflete a miséria e a precariedade da vida de milhões. Mais do que nunca o sentido da fluidez das relações (econômicas, culturais, sentimentais, trabalhistas), preconizado por Marx e Engels no Manifesto, se materializa como um espectro. Neste início de milênio, tão inconsistente do ponto de vista das garantias que oferta, sobretudo às juventudes, parece mesmo que tudo se esfacela no ar.

Atormentadas pela oferta insignificante de oportunidades, as juventudes tecem suas redes como as aranhas drogadas da experiência de Witt. Desorientadas, convulsionam a sociedade em manifestações “contra tudo que está aí”, sem identificar o quanto esse tudo é nada. Apolítica, a geração do dedão utiliza os polegares não mais para descer das árvores e diferenciar-se entre os primatas, mas para encerrar-se em um mundo de possibilidades ilusórias. Caóticas, vociferam contra ninharias, enquanto a caixa forte é saqueada pelo sistema. Enquanto miram o infinito, aqui acontece a vida com todas as suas dissensões e todas as suas maravilhas. Para Caetano Veloso “Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”, talvez as juventudes da geração polegar ainda possam utilizar, em seu proveito, o enorme potencial que naturalmente está contido em sua condição juvenil, associado ao aparato tecnocibernético que elas e eles dominam e que se encontra, hoje, subutilizado.

Diante desse quadro, a pesquisa mostrou o acerto na escolha do objeto, acompanhar essas meninas foi uma grata surpresa. Para além das expectativas desta pesquisadora, elas se apresentaram aguerridas, corajosas e focadas em projetos de vida coerentes. Apesar da condição socioeconômica adversa com que se deparam todos os dias, estão determinadas a sair do lugar em que se encontram e tomar a vida pelos chifres. Tem sonhos concretos e estão

aptas a realizá-los. Embora pertençam à geração polegar, com muito acesso tecnológico – oportunizado pela disseminação contaminante das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's) – e autonomia limitada, é possível perceber com clareza aonde querem chegar e com que armas pretendem vencer suas batalhas. Exigem mais educação, mais trabalho decente, mais acesso aos bens culturais, mais liberdade e independência. Desejam isso e buscam as ferramentas para concretizar esses desejos. Cabe agora ao Estado pavimentar a passagem dessas meninas, para que o percurso não seja tão penoso como foi aquele trilhado pela geração de seus pais. Nesse sentido, programas nos moldes do Pró-adolescente da Câmara dos Deputados cumprem um papel fundamental, o de oportunizar que projetos de vida futura, para jovens em situação de vulnerabilidade, possam ser efetivamente sonhados e vividos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M.; VENTURI, G.; SINGER, P.; LASSANCE, A.; SPOSITO, M. P. ; GUIMARAES, N. A. ; BRENNER, A. K. ; DAYRELL, J. . Questões sobre Juventude, Cultura Política e Participação Democrática. In: HELENA W. ABRAMO; PEDRO PAULO M. BRANCO. (Org.). RETRATOS DA JUVENTUDE BRASILEIRA. ANÁLISES DE UMA PESQUISA NACIONAL. 01 ed. SAO PAULO, 2005, v. 01, p. 323-350.
- ALVIM, Rosilene e GOUVEIA, Patrícia (orgs). Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- ARCE, José Manuel Valenzuela. Vida de barro duro: cultura popular juvenil e grafite. Trad. Heloisa B. S. Rocha. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.
- ASSIS, Machado de. Dom Casmurro. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- BAJOIT, Guy & FRANSSEN, Abraham. O trabalho, busca de sentido. In: Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago, 1997, Nº 5, Set/Out/Nov/Dez, 1997, Nº 6, p. 76-95.
- BARBIERI, Terezita. Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica. Revista Interamericana de Sociologia, México, ano 6, n.2-3, maio/dez. 1992.
- BORAN, Jorge. O futuro tem nome: juventude – Sugestões práticas para trabalhar com jovens. São Paulo: Paulinas, 1994.
- BRANDÃO, Antonio Carlos & FERNANDES, Milton Duarte. Movimentos culturais de juventude. São Paulo: Moderna, 1997.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho e Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Manual da aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz. 7. ed. rev. e ampliada. Brasília: Assessoria de Comunicação do MTE, 2011.
- _____. Cartilha sobre o Programa Adolescente Aprendiz: Criando Oportunidades, ampliando horizontes e promovendo a cidadania. 2.ed. Junho, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p. : il..
- BRUSCHINI, C. Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? Chicago: Illinois –1998. (Latin American Studies Association)

- CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventudes e Cidades Educadoras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, v.1, 1999.
- _____ *O poder da identidade*. São Paulo, Paz e Terra, v.2, 1999.
- _____ *Fim de milênio*. São Paulo, Paz e Terra, v.3, 1999.
- CASTRO, S. de. *Mulheres são da força da economia do planeta – Mulher do século XXI*. Diário do Nordeste, Fortaleza, 04 de março de 2007. Caderno Negócios.
- CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: Ministério da Educação, 1988.
- DAYRELL, Juarez (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- DAYRELL, Juarez e CARRANO, Paulo César R. *Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo*. Belo Horizonte, 2005.
- DEMO, Pedro. *Cidadania Pequena*. Campinas: Autores Associados, 2001b.
- DURHAM, Eunice. *Família e reprodução humana*. In: _____. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p.325-355.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FOUREZ, Gerard. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- FRASER, Nancy. “Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista” in SOUZA, J. (org) *Democracia Hoje*. Brasília, ed. UNB, 2001.
- FREIRE, Paulo. *O papel do trabalhador social no processo de mudança*. In: *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Koogan. 1989.
- GOMES, Jerusa Vieira. *Jovens Urbanos pobres*. In: *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago, 1997, Nº 5, Set/Out/Nov/Dez, 1997, Nº 6, p. 53-61.
- GPP-GeR – *Gestão em Políticas Públicas em Gênero e Raça|GPP-GeR: módulos 1 a 6/Orgs. Maria Lucia Heilborn, Leila Araújo, Andreia Barreto* – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.
- GPP-GeR. *Módulo 5*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2011

- HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles, elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JAMESON, Fredric. Pós-modernismo – A lógica do Capitalismo tardio. 2ª edição. São Paulo: Ed. Ática. 2000.
- KERGOAT, Daniele. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R. (Orgs.) Gênero e saúde. Porto Alegre:Artes Médicas, 1996. p.55-61.
- MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O jovem no mercado de trabalho. In: Revista Brasileira de Educação.Mai/Jun/Jul/Ago, 1997, Nº 5, Set/Out/Nov/Dez, 1997, Nº 6, p. 96-101.
- MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. A construção do conhecimento no contexto de privação de liberdade com utilização de tecnologias educacionais: a história do Kikito. In: V Mostra de pós-graduação, 2001, São Paulo. Anais da Mostra. São Paulo: Editora Mackenzie
- MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MORIN, Edgard, Complexidade e transdisciplinaridade: a reforma do ensino fundamental. Natal: EDUFRN, 1999.
- _____ Introdução ao pensamento complexo, Lisboa, Instituto Piaget, 1991.
- _____ Os sete saberes necessários à educação do futuro, S. Paulo, Cortez Editora/UNESCO, 2000.
- _____ Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais, S. Paulo, Ed. Vozes, 2003.
- NASCIMENTO, Angelina Bulcão. Trajetória da juventude brasileira: dos anos 50 ao final do século. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EDUFBA, 1999.
- NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, mar. 2010.
- ORGANIZAÇÃO IBERO-AMERICANA DE JUVENTUDE. Programa Regional de Ações para o Desenvolvimento da Juventude na América Latina (PRADJAL). Madrid: Organização Ibero-americana de Juventude, 1994.

POCHMANN, Márcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In R. Novaes & P. Vannuchi. *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 217-241). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

POCHMANN, M. A Batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Editora Publish, 2000.

PINTO, Céli Regina Jardim. “O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces”. In.: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 238-253, maio-agosto/2004.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD/UNESCO, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma concepção intercultural dos direitos humanos. In: PIOVESAN, Flávia; IKAWA, Daniela e SARMENTO, Daniel (orgs.) *Igualdade, diferença e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen-Juris, 3-45, 2008.

SANTOS, Tatiana Nascimento dos; BOTELHO, Denise. *Interseccionalidades, vulnerabilidades e práticas pedagógicas não-discriminatórias: por um novo paradigma discursivo* (2011).

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

SCHINDLER, Norbert. Os tutores da desordem: rituais de cultura juvenil nos primórdios da era moderna. In: LEVI, G.; SCHMITT, C. (Org.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. *Aprendendo a ser e a conviver*. Salvador: FTD/Fundação Odebrecht, 1999.

UNICEF. *Situação da adolescência Brasileira*. Brasília, 2002.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

XAVIER, Elódia. *Declínio do patriarcado: a família no imaginário feminino*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1998.

ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Círculo do livro, 1996.

WEBGRAFIA

ROUANET, Luiz Paulo. *Identidade nacional e cidadania*. Acesso em 01 de dezembro de 2012, disponível em:

<<http://criticaehistoria.blogspot.com.br/2011/11/identidade-nacional-e-cidadania.html>>

< SOUZA JR., José Geraldo *et al.* (orgs.). Educando para os Direitos Humanos – Pautas Pedagógicas para a Cidadania na Universidade. Brasília: Editora Síntese Ltda, 2003. Acesso em 08 de maio de 2013, disponível em: < http://www.itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/infoteca/uploads/livro_Educando_para_os_direitos_humanos.unb_.pdf>

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A454D74C101459564521D7BED/manual_aprendizagem_miolo.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2014.

<http://www.pt.org.br/secretaria_noticias/view/mapa_da_violencia_homicidios_e_juventude_no_brasil_apresenta_diagnostico_da>. Acesso em: 24 de abril de 2014.

< <http://www.juventude.gov.br/documentos/ej-caderno>>. Acesso em 24 de abril de 2014.

<http://www.juventude.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2014/02/17-02-2014-artigo-a-pesquisa-agenda-juventude-brasil-severine-macedo/image/image_view_fullscreen>. Acesso em: 25 de abril de 2014.

< <http://www.un.cv/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2014.

< <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a06.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2014.

<<http://www.cartacapital.com.br/economia/pos-proletariado-a-nova-classe-social-das-ruas-2039.html>>. Acesso em: 16 de maio de 2014.

<<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/um-em-cada-cinco-jovens-de-15-a-29-anos-nao-estuda-nem-trabalha-diz-ibge.htm>>. Acesso em 19 de maio de 2014.

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt55_politicaemfoco_aprendizagem.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2014.

< <http://atualidadesdodireito.com.br/neemiasprudente/2013/04/19/provocacao-ao-tema-adolescentes-infratores/>>. Acesso em 29 de maio de 2014.

<<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em 29 de maio de 2014.

<http://www.vias-seguras.com/os_acidentes/estatisticas/estatisticas_nacionais/estatisticas_do_ministerio_da_sau>. Acesso em 29 de maio de 2014.

<http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/monografia/magistrados/2007/codigo_mello_mattos_seus_reflexos.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2014.

< <http://www.juventude.gov.br/documentos/cartilha-politicas-publicas>>. Acesso em 31 de maio de 2014.